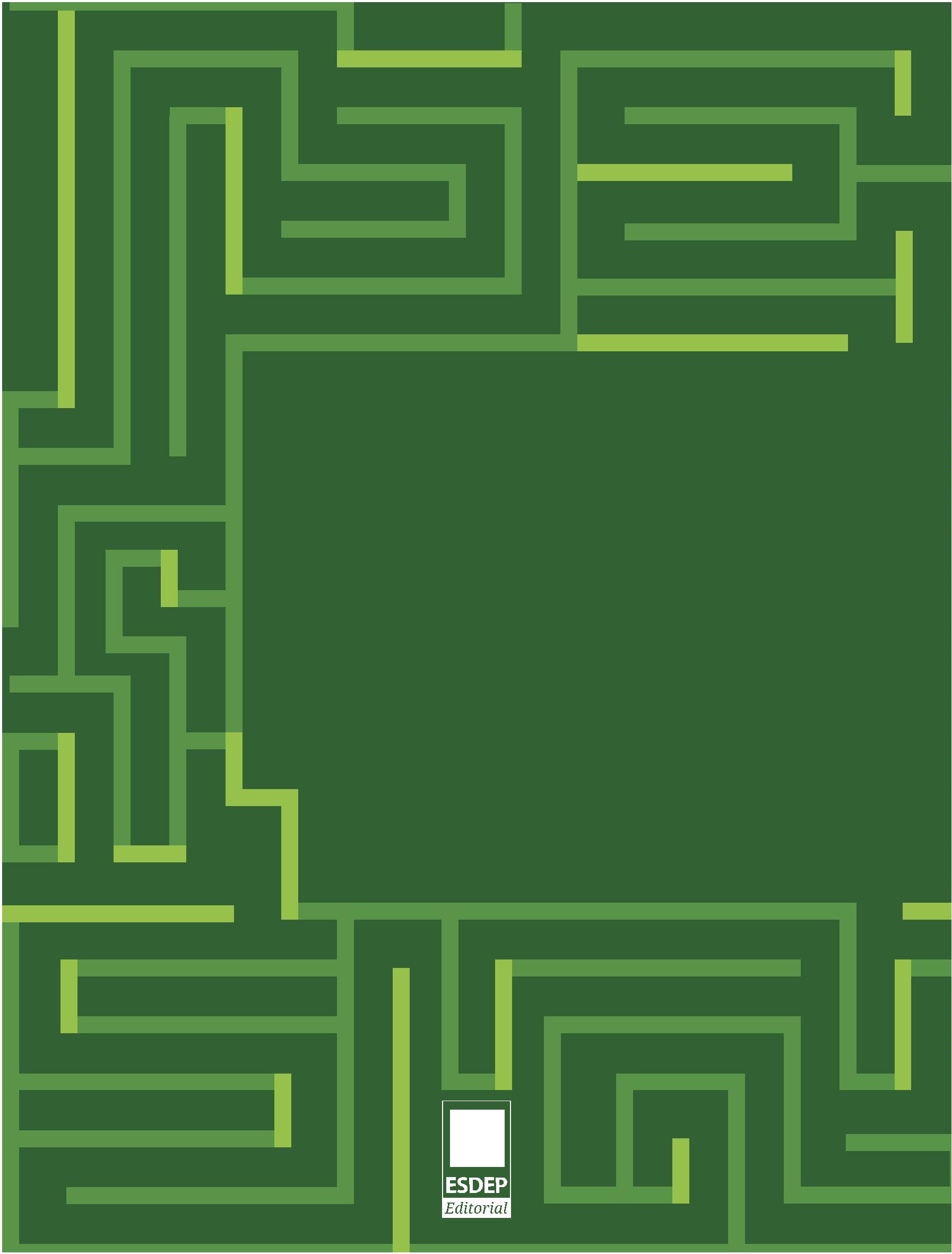
Relatório das

Audiências de

Custódia em

Simões Filho/BA

(ano 201 9)



Relatório das Audiências de Custódia na Comarca

de Simões Filho/Bahia (ano 2019)

Copyright© 2020 Defensoria Pública do Estado da Bahia

Permitida a reprodução de qualquer parte desta

edição, desde que citada a fonte.

Projeto gráﬁco: Lucas Josué Dias - Designer ASCOM DPE/BA

Diagramação: Lucas Josué Dias - Designer ASCOM DPE/BA

Coordenação Editorial e de Produção: Vanda Amorim - Coordenadora da

Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Tiragem: 1ª edição (digital)

D313

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Relatório das audiências de custódias em Simões Filho/BA: ano 2019. /Defensoria

Pública do Estado da Bahia. - 1ª. ed. - Salvador: ESDEP, 2020.

3

2 p.: il.

Autoria: Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da Defensoria

Pública do Estado da Bahia. 1. Direito Penal - Brasil. 2. Direito Processual Penal –

Brasil. 3. Audiência de Custódia. I. Título.

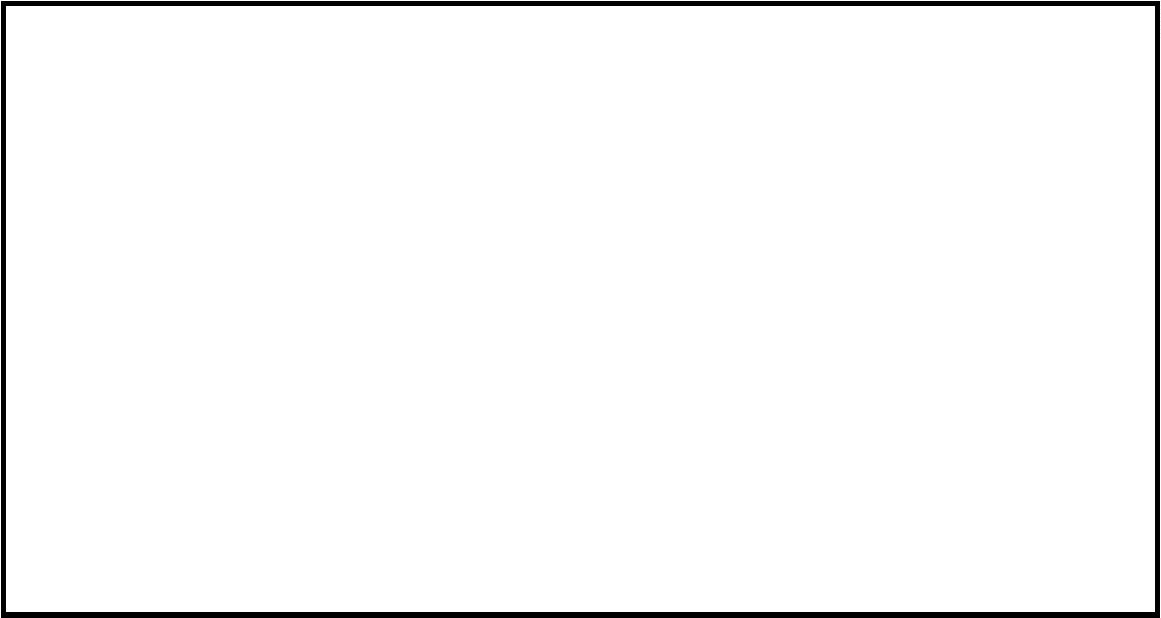
CDD 341.43

Ficha catalográﬁca: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial

CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA



Defensor Público Geral do Estado da Bahia

Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensor Público Geral do Estado da Bahia

Pedro Paulo Casali Bahia

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Coordenador da 7ª Defensoria Pública Regional

Daniel Soeiro Freitas

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Soraia Ramos Lima

Este relatório foi produzido pela Assessoria de Gabinete para

Pesquisas Estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Assessor de Gabinete

Lucas Marques Luz da Resurreição

Servidores

Iolanda Carvalho de Pinho

Henrique Breda Foltz Cavancanti

Estagiários

Francisco Argeu Lopes de Oliveira Júnior

Isadora de Souza Nunes Rocha

Melina Oliveira e Marinho

Coordenação de Modernização e Informática

Thales Almeida (coordenador)

Alexandro Teles de Oliveira

Diltomar Souza Aleluia

Elian Conceição Luz

Defensoria Pública do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ........................................................................... 7

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA ....................................................8

METODOLOGIA - COLETA DE DADOS SOBRE AUDIÊNCIA DE

CUSTÓDIA NA COMARCA DE SIMÕES FILHO/BAHIA ......... 10

APRESENTAÇÃO DOS DADOS................................................12

CONCLUSÃO...........................................................................28

ANEXO: RELATÓRIO | Variáveis determinantes

na prisão preventiva em audiências de custódia:

uma análise de prisões em flagrante realizadas

na comarca de Simões Filho/BA no ano de 2019 ...................29

6



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 adotou no Brasil o modelo de assistência jurídica denomi-

nado salaried staﬀ a ser instrumentalizado por um órgão estatal criado para esse

ﬁm: a Defensoria Pública.

Nesse sentido, deve-se extrair da instituição constitucionalizada o máximo do

potencial oferecido para uma adequada prestação dos serviços jurídico-assisten-

ciais, enfocando-se, dentre outros aspectos: planejamento, organização, uniformi-

zação, redução de custos, racionalização, especialização, eﬁciência, proteção inte-

gral e solução extrajudicial.

Para isso, é fundamental que a Defensoria Pública conheça os dados e informações

de suas demandas a ﬁm de possa utilizá-los como ferramenta de gestão/gerencia-

mento tanto da Administração Superior na deﬁnição de políticas/diretrizes de ação

quanto do órgão de execução no exercício de suas atividades1.

7

Sendo assim, em março de 2019 a Defensoria Pública do Estado da Bahia passou

a realizar pesquisas de natureza estratégica, sendo a análise das audiências de cus-

tódia um instrumento indicado como prioridade.

Dessa maneira, no ano de 2019, foi publicado o primeiro relatório no âmbito da

Defensoria Pública do Estado da Bahia referente às audiências de custódia reali-

zadas na comarca de Salvador entre os anos 2015 a 2018.

Logo, com o intuito de ampliar a investigação para comarca do interior do Estado é que

a audiências de custódia em Simões Filho passaram também a ser objeto de análise.

1

As adequadas coletas e análises das informações são cruciais para o futuro de qualquer instituição. De fato, con-

forme aﬁrma José Alberto Oliveira de Paula Machado: “ o êxito estará com quem melhor cuidar e aplicar os dados produzidos”

(MACHADO. José Alberto Oliveira de Paula. Defensoria Pública e o futuro. Accountability, matriz SWOT, IA e os robôs. 1 ed.

Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2019, p. 107).



Defensoria Pública do Estado da Bahia

AUDIÊNCIAS DE

CUSTÓDIA

A realização de audiência de custódia é uma exigência de diplomas internacionais

em relação aos quais República Federativa do Brasil é signatária desde 1992. De

fato, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos preceitua em seu artigo 9

que “3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá

ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada

por lei a exercer funções judiciais” ao tempo em que a Convenção Americana sobre

Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica) dispõe que “5. Toda pessoa detida

ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autori-

dade autorizada pela lei a exercer funções judiciais (...)” (Artigo 7).

Diante disso, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.

3

47, o Supremo Tribunal Federal determinou ao Judiciário brasileiro que realizasse

8

audiências de custódia num prazo de noventa dias, a ﬁm de que o preso possa

comparecer perante a autoridade judiciária em até vinte e quatro horas contadas do

momento da prisão.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução n. 213/2015

através da qual determinou que “toda pessoa presa em ﬂagrante delito, independen-

temente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em

até 24 horas da comunicação do ﬂagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida

sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão” (artigo 1°).

Na Bahia, a regulamentação das audiências de custódia se deu com a publicação

do provimento conjunto n. 001/2016, ﬁrmado entre a Presidência do Tribunal de

Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Corregedoria das Comarcas do Interior2.

Nos termos da referida norma, ﬁca determinada a realização das audiências de cus-

tódia nas comarcas da Bahia “com o objetivo de proceder à entrevista informal do

preso em ﬂagrante de delito, restringindo-se o juiz ao exame da legalidade e da

necessidade da prisão, bem como da ocorrência de indícios de abuso físico ou psi-

cológico ao preso” (Artigo 1°).

2

Registre-se que pouco antes disso, em 2013, já havia sido criado pelo Tribunal de Justiça da Bahia o Núcleo de

Prisão em Flagrante, projeto que contou inclusive com a participação da Defensoria Pública em que se buscou resolver de forma

eﬁcaz questões relacionadas às prisões em ﬂagrante.



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

As audiências de custódia encontram, portanto, respaldo em diversos instrumentos,

sendo direito do ﬂagranteado e dever do sistema de justiça já que imprescindível

para que se possa veriﬁcar em que circunstâncias se deu a prisão e deliberar, após

manifestações das partes, a respeito da mesma.

9



Defensoria Pública do Estado da Bahia

METODOLOGIA -

COLETA DE DADOS

SOBRE AUDIÊNCIA

DE CUSTÓDIA NA

COMARCA DE SIMÕES

FILHO/BAHIA

1

0

O registro de informações foi realizado a partir de dados que puderam ser obtidos

através dos processos judiciais de auto de prisão em ﬂagrante, consultados no sis-

tema eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia “e-Saj”.

E foi com base no relatório de processos autuados que a Assessoria de Gabinete da

DPE/BA - inspirada em trabalho de pesquisa exitoso realizado pela Defensoria Pública

do Rio de Janeiro e em relatório realizado na comarca de Salvador/BA no ano de 2019

-

sistematizou os dados para expor as informações possíveis de ser obtidas.

O período analisado começa em 1° de janeiro de 2019 e vai até 31 de dezembro de

019. Os dados prejudicados foram desconsiderados quando da análise, sendo rele-

2

vante identiﬁcar a razão de não terem sido coletados como informação útil.

O objetivo do relatório, destaque-se, é traçar uma análise do particularidade das

situações que são levadas ao sistema de justiça criminal, traçando o perﬁl dos ﬂa-

granteados, a dinâmica das decisão judicial tomada dentre outros fatores de inte-

resse estratégico.

Ressalte-se que na audiência de custódia o ﬂagranteado é apresentado pessoal-

mente à autoridade judicial e aos demais componentes do sistema de justiça

(incluindo o Defensor Público ou Advogado), momento em que se avalia a neces-

sidade de manutenção da prisão ou concessão de liberdade provisória (com ou em

medidas cautelares), havendo ao mesmo tempo a veriﬁcação de possíveis ilegali-



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

dades cometidas e que possam vir a ensejar o relaxamento da prisão além de se

veriﬁcar eventual ocorrência de maus-tratos e/ou tortura físicas e/ou psicológicas.

Diante disso, segue adiante a apresentação dos dados.

11



Defensoria Pública do Estado da Bahia

APRESENTAÇÃO

DOS DADOS

Conforme já informado acima, no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia

(DPE/BA), a coleta de dados se deu entre janeiro/2019 a dezembro/2019, tendo sido

registrados 263 ﬂagrantes.

Nesse ano, houve uma taxa de retorno para a audiência de custódia de 2,9%, ou

seja, 5 de 171 custodiados liberados em uma primeira audiência de custódia com-

pareceram a outra novamente. Esse número foi calculado considerando-se todos

os ﬂagrantes que resultaram em soltura (liberdade provisória/relaxamento/ﬁança) e

apareceram em duplicidade. Com base nisso, foram excluídos os homônimos com

base no nome da genitora e data de nascimento, resultando na lista com todas as

pessoas que retornaram mais de uma vez a audiência de custódia.

1

2

TAXA DE RETORNO

Liberdades sem retorno

Retornos

166

5

TOTAL DE LIBERDADES CONCEDIDAS

171

Retornos

2

,9%

Liberdades

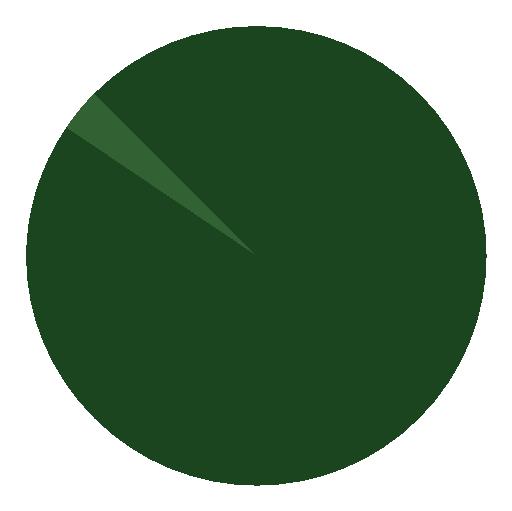
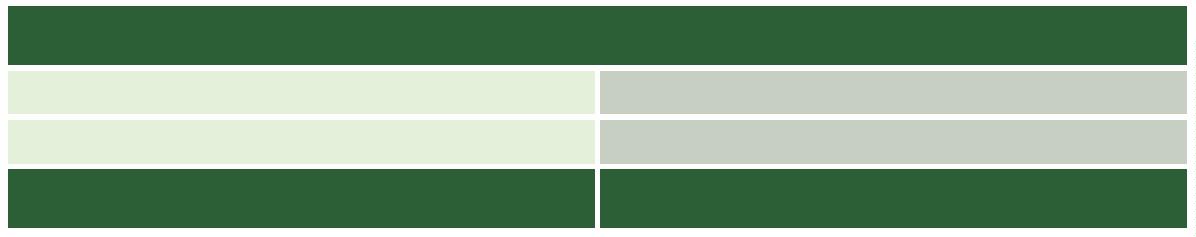
sem retorno

97,1%

De todas as prisões em ﬂagrante realizadas, foram ao todo 245 custodiados homens

e 18 mulheres, havendo, portanto, um percentual no primeiro caso de 93,2% e no

segundo de 6,8% conforme tabela e gráﬁco a seguir:



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

QUANTOS ERAM HOMENS E QUANTAS ERAM MULHERES?

Homens

Mulheres

245

18

TOTAL

263

Mulheres

6,8%

Homens

93,2%

Quanto à autodeclaração racial, foram presos ao todo 205 negros3 o que representa, des-

considerando o dado “sem informação”, um percentual de 97,6% do total de ﬂagrantes

analisados, enquanto que brancos representam menos de 3% dos ﬂagranteados:

1

3

AUTODECLARAÇÃO DE COR

Pretos e pardos

Brancos

205

5

Sem informação

53

TOTAL

263

Brancos

2,4%

Pretos e pardos

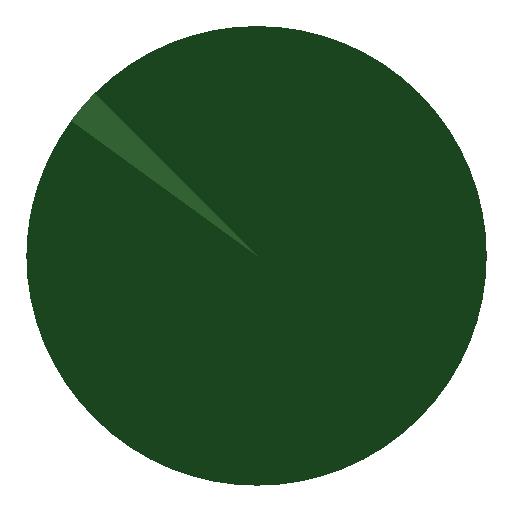
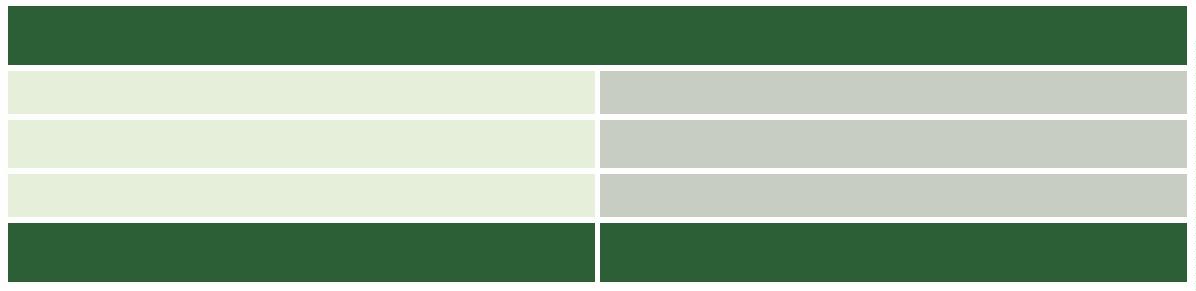
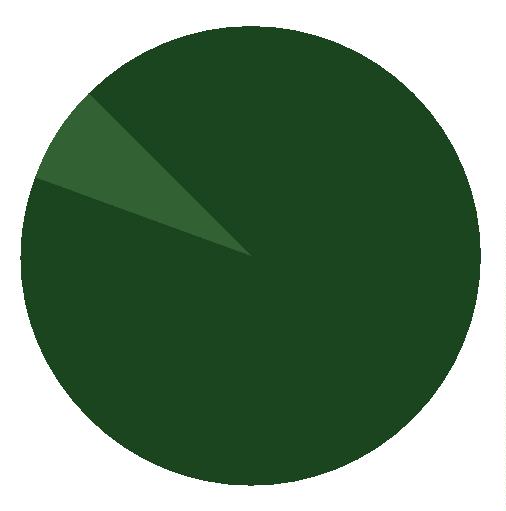
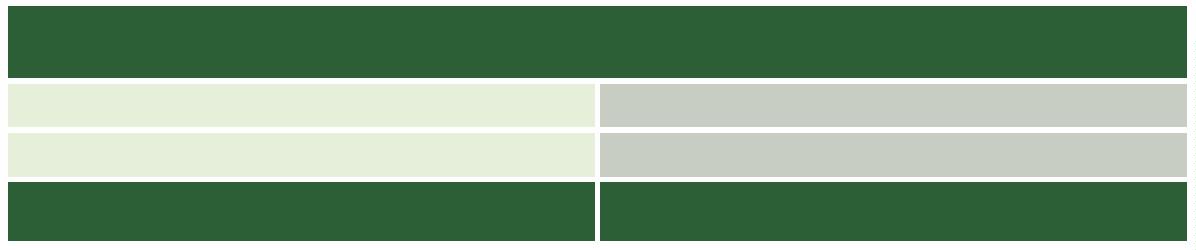
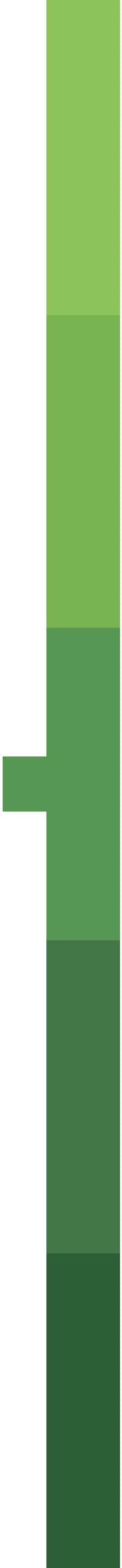
7,6%

9

3

Resultado da soma dos pardos e pretos (na autodeclaração de cor), conforme critério

adotado pelo IBGE.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Com relação a idade, a maioria dos ﬂagranteados é jovem4, ou seja, possui até 29

anos, o que representa um percentual de 63,5% dos casos informados, excluindo-se

os registros de “sem informação”.

IDADE

1

8-29 anos

165

73

18

3

3

0-41 anos

4

2-53 anos

5

4-59 anos

6

0 anos ou mais

1

Sem informação

3

TOTAL

263

200

1

65

1

50

1

4

1

00

7

3

5

0

1

8

3

1

3

0

1

8 a 29

anos

30 a 41

anos

42 a 53

anos

54 a 59

anos

60 anos

Sem

ou mais informação

Quanto ao grau de escolaridade, não foi possível identiﬁcá-lo em 135 casos. Dentre

os ﬂagranteados cuja escolaridade pôde ser identiﬁcada, o maior grupo é o dos que

possuem até o ensino fundamental incompleto, sendo esse percentual correspon-

dente a 50,8%, desconsiderando-se aqueles “sem informação”.

ESCOLARIDADE

Superior Completo

Superior Incompleto

Médio Completo

0

2

25

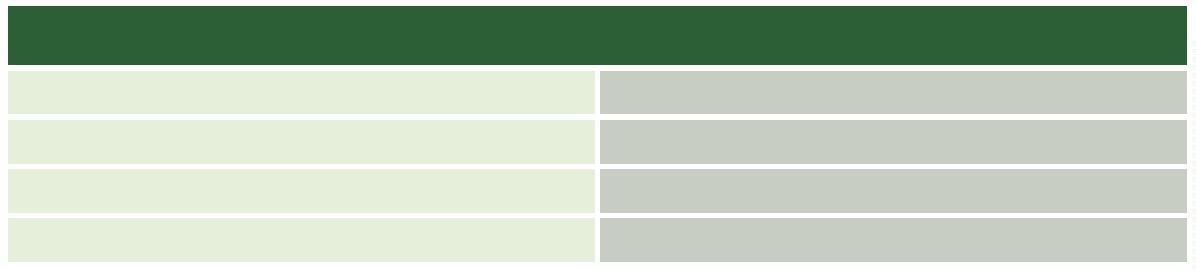
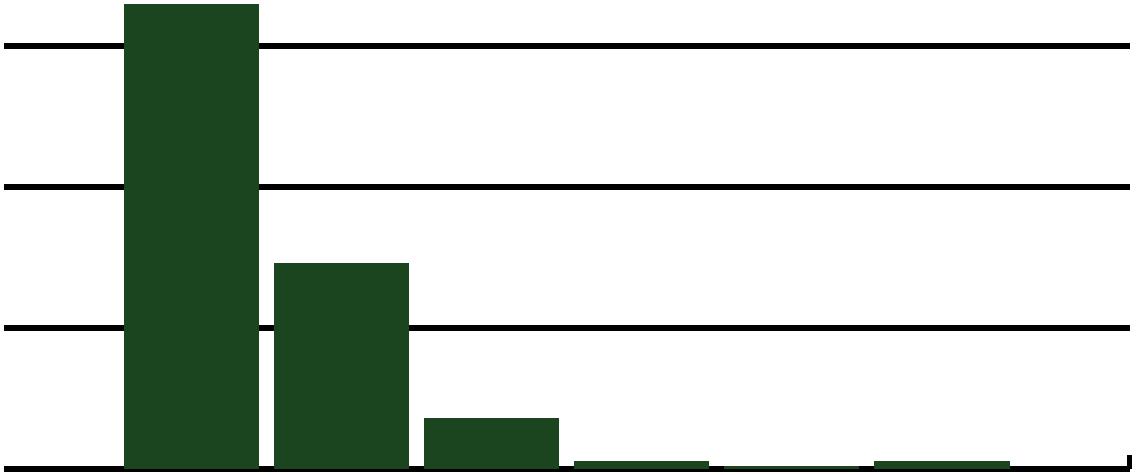
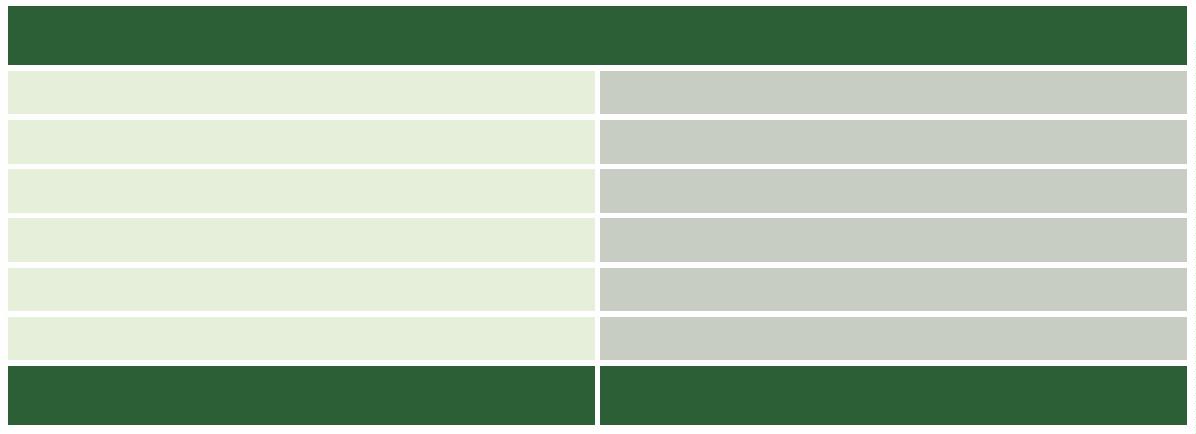
18

Médio Incompleto

(continua)

4

Considerando a faixa etária adotada pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013).



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

(continuação)

ESCOLARIDADE

Fundamental Completo

18

53

12

Fundamental Incompleto

Apenas alfabetizado

Sem informação

135

TOTAL

263

Superior Completo

Superior Incompleto

0

2

Médio Completo

Médio Incompleto

25

18

3

51

Fundamental Completo

Fundamental Incompleto

Apenas Alfabetizados

Sem Informação

18

53

12

1

5

135

0

30

60

90

120

150

Quanto às decisões tomadas nos autos de ﬂagrante, houve concessão de liberdade

provisória em 58,6% dos casos. O percentual de prisões preventivas representa um

total de 34,2% do total de ﬂagrantes analisados. Os pouco mais de 7% restantes

estão distribuídos entre prisões relaxadas, casos em que foi arbitrada e recolhida

ﬁança por autoridade policial e prisão domiciliar:

DECISÃO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Decretada Prisão Preventiva

Decretada Prisão Domiciliar

79

1

Prisão Relaxada

4

Concedida Liberdade Provisória

Não Foram Conduzidas À Audiência De Custódia\*

105

74

TOTAL

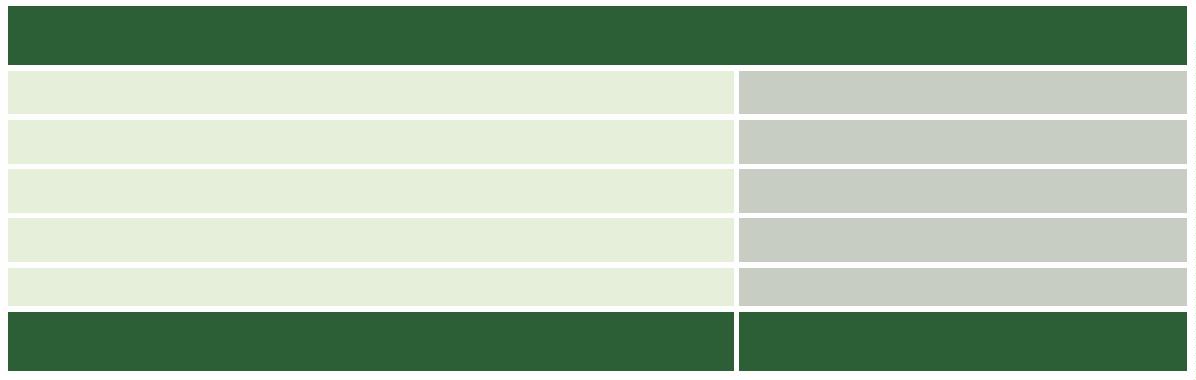
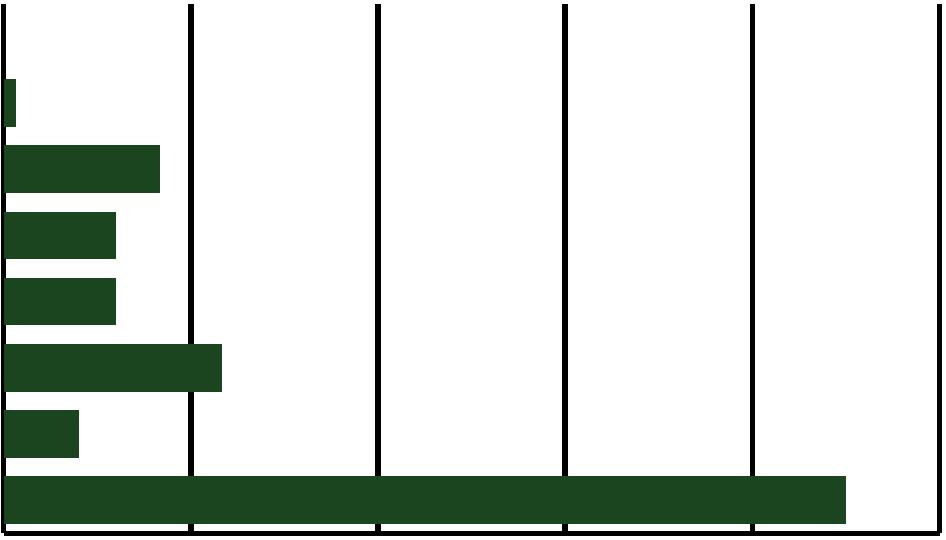
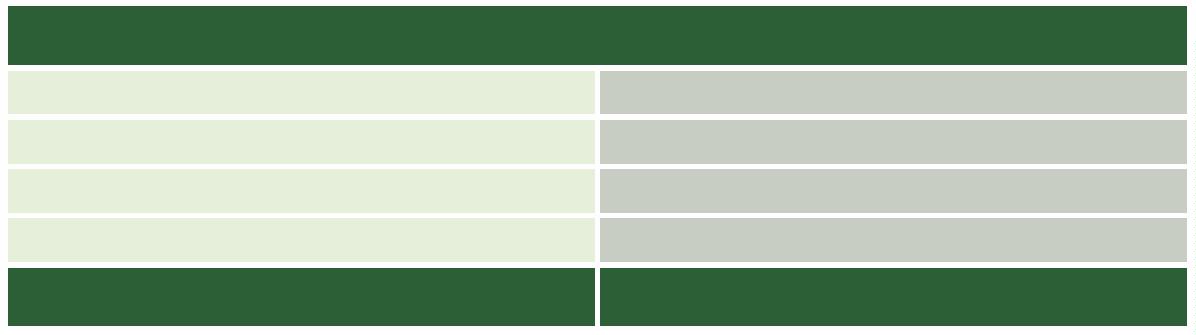
263

\*

Nesse caso, no plantão judiciário, foram 49 decisões que concederam liberdade provisória, 11 com decreto

de prisão preventiva e 1 determinando prisão domiciliar. Além disso, em 13 casos houve arbitramento e

recolhimento de ﬁança pela autoridade policial.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

1

20

1

05

1

00

7

9

80

60

40

20

0

74

2112

4

1

Decretada

Prisão

Preventiva

Decretada

Prisão

Relaxada

Concedida

Liberdade

Provisória

Não Foram

Conduzidas à

Audiência

Prisão

Domiciliar

de Custódia\*

Ainda em relação às decisões, do total de ﬂagrantes, em apenas 3,4% a liberdade do

ﬂagranteado se deu de forma plena, não havendo imposição de qualquer modali-

dade de restrição (prisão ou medidas cautelares). Assim, em 96,6% dos casos houve

imposição de algum tipo de restrição à liberdade do ﬂagranteado.

1

6

DECISÕES

Liberdade plena

9

Prisões ou medidas cautelares

254

TOTAL

263

Liberdade Plena

,4%

3

Prisões ou

Medidas cautelares

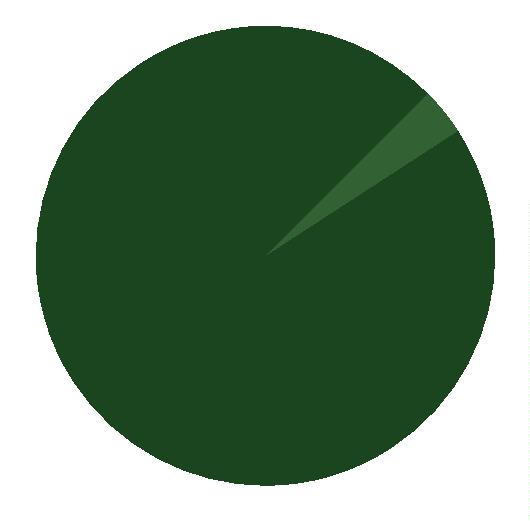
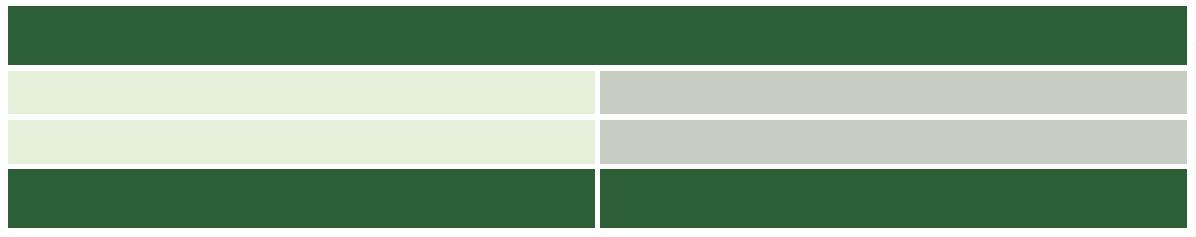
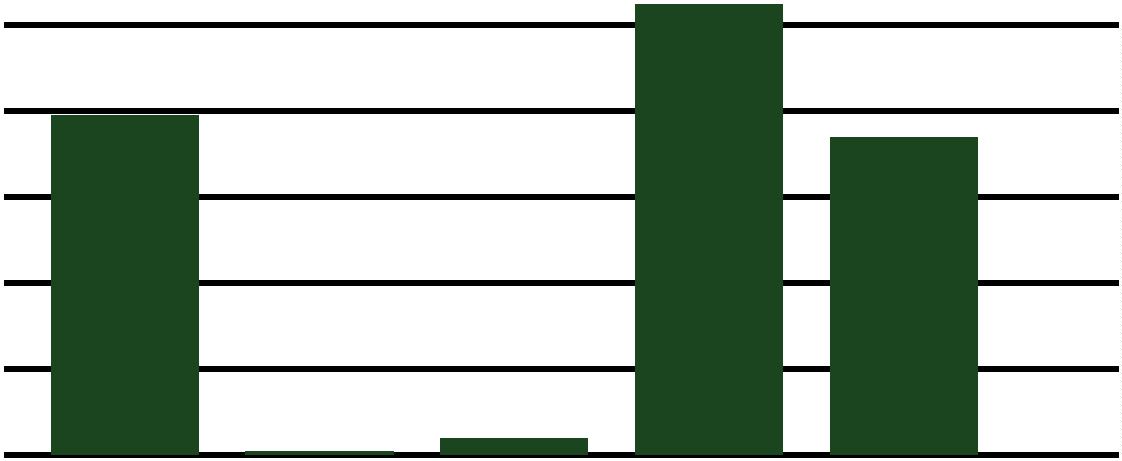
6,6%

9

Em relação às imputações penais, foram registrados 115 casos da Lei de Drogas

(isoladamente ou em concurso) ou 43,7% do total; 84 casos de crimes contra o patri-

mônio (isoladamente ou em concurso) ou 31,9% do total; 14 casos do Estatuto do



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

Desarmamento (isoladamente ou em concurso) ou 5,3% do total; 8 casos do Código

de Trânsito Brasileiro ou 3,0% do total; e 9 casos de outros crimes ou 3,4% do total,

sendo 4 casos de homicídio (1,5%) e 1 caso de estupro (0,4%).

IMPUTAÇÃO

Roubo (157, CP)

Furto (155, CP)

43

9

Lei de drogas (Lei 11.343/2006)

Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/1977)

Receptação (180, CP)

115

8

32

14

33

9

Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/2003)

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

Outros crimes

TOTAL

263

Outros crimes

3

,4%

17

Roubo

16,3%

Lei Mª da

Penha

Estatuto do

Furto

3,4%

1

2,5%

desarmamento

5

,3%

Receptação

2,2%

1

Lei de drogas

3,7%

4

Código Brasileiro

de Trânsito

3

,0%

Em aproximadamente 77,9% dos casos, referente ao total de 263 ﬂagrantes reali-

zados, não foi apreendida qualquer arma. Das armas utilizadas, 8,6% foram simula-

cros, 20,7% armas brancas e 70,7% armas de fogo.

HOUVE UTILIZAÇÃO DE ARMA?

Arma de fogo

Arma branca

Simulacro

41

12

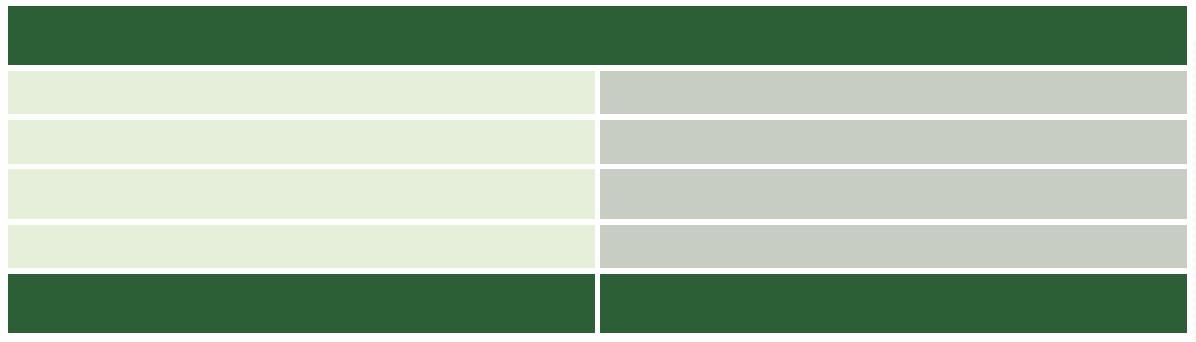
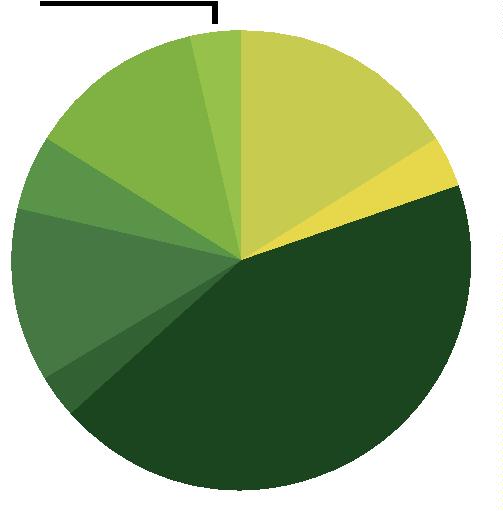
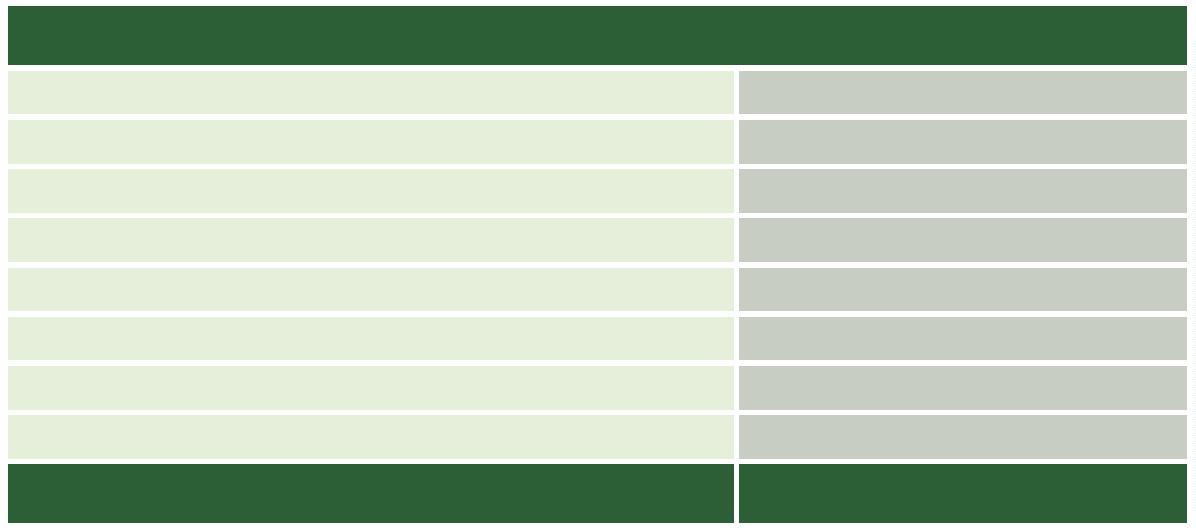
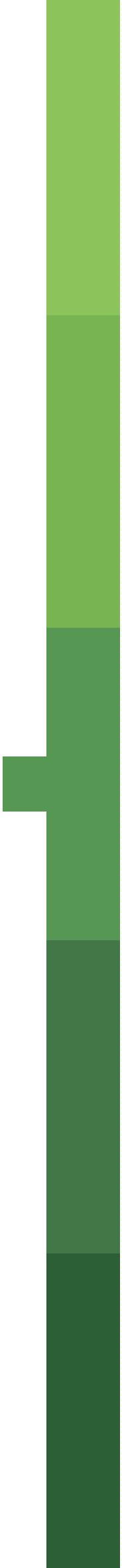
5

Nenhuma

205

TOTAL

263



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Arma de fogo

5,6%

Arma branca

,6%

1

4

Simulacro

1,9%

Nenhuma

77,9%

No que se refere a lesões sofridas, desconsiderando-se o registro “sem informação”,

o percentual de ﬂagranteados que aﬁrmaram ter sofrido algum tipo de agressão é

de 25,4%, o que signiﬁca dizer que, dos casos em que há informação registrada,

cerca de 1 em cada 4 custodiados aﬁrma ter sofrido alguma lesão. Ressalte-se que

em 77,6% do total de ﬂagrantes, não há informação sobre eventual lesão sofrida

pela custodiado.

O CUSTODIADO SOFREU ALGUMA LESÃO?

1

8

Sim

Não

15

44

Sem informação

204

TOTAL

2

63

Sim

5

,7%

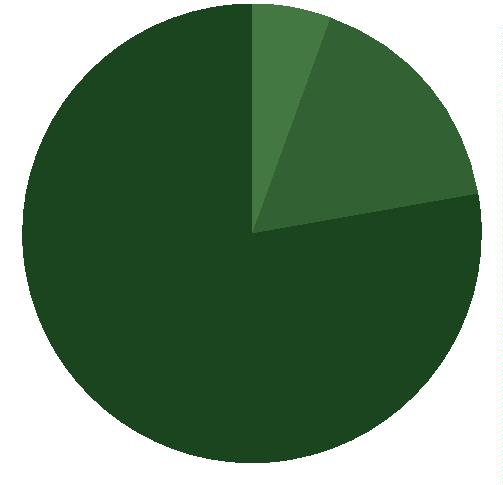
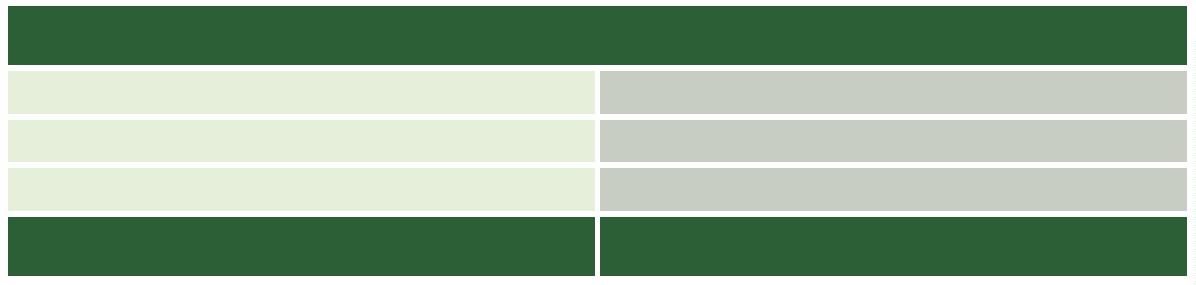
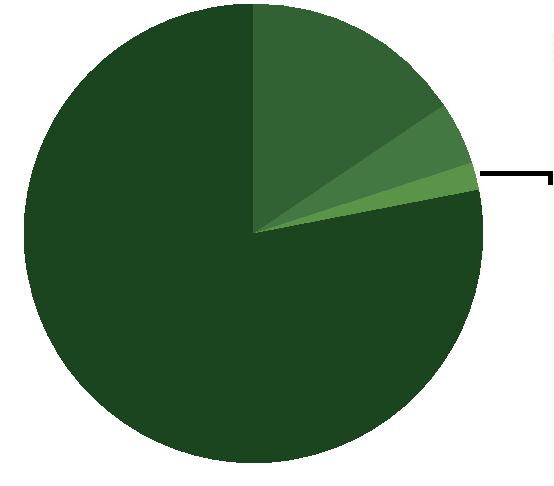
Não

16,7%

Sem informação

7

7,6%



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

Sim

25,4%

Não

74,6%

Confrontando dados sobre agressão e autodeclaração de cor, é possível identiﬁcar

que 6,8% dos negros teriam sofrido agressão enquanto que somente um branco

ﬂagranteado prestou informação sobre o dado, aﬁrmando não ter sido agredido.

AGRESSÃO POR AUTODECLARAÇÃO DE COR

NÃO

AGREDIDOS

SEM

INFORMAÇÃO

AGRESSÃO

POR COR (%)

COR

QUANTIDADE AGREDIDOS

1

9

Pretos e pardos

Brancos

205

5

14

0

1

31

1

160

4

6,8%

0%

Cor não informada

53

12

40

1,9%

TOTAL

263

15

44

204

5,7%

Quanto a medidas cautelares aplicadas, de forma isolada ou não, seguem tabelas abaixo:

COMPARECIMENTO PERIÓDICO EM JUÍZO

Sim

Não

64

199

TOTAL

263

PROIBIÇÃO DE ACESSO OU FREQUÊNCIA A DETERMINADOS LUGARES

Sim

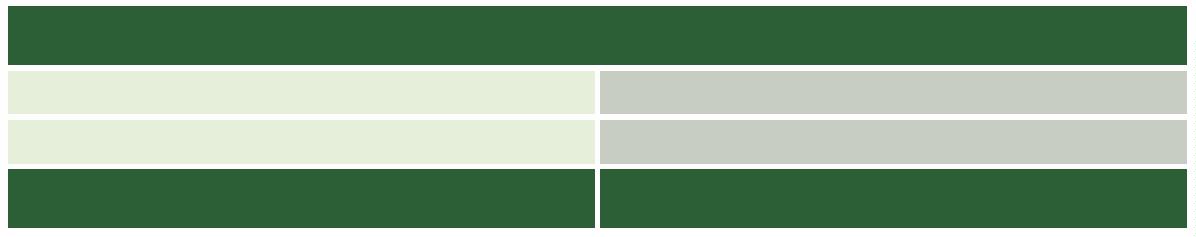
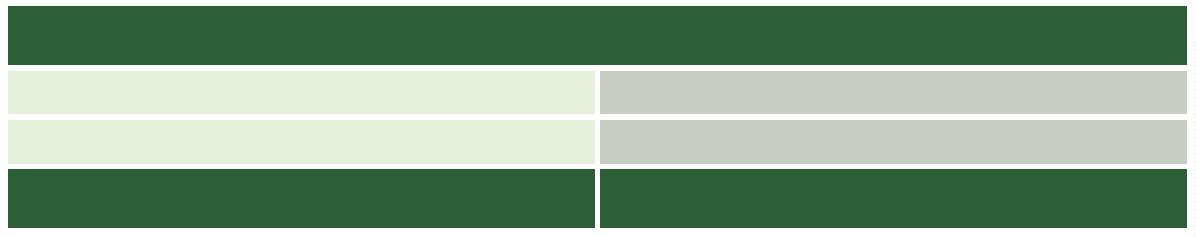
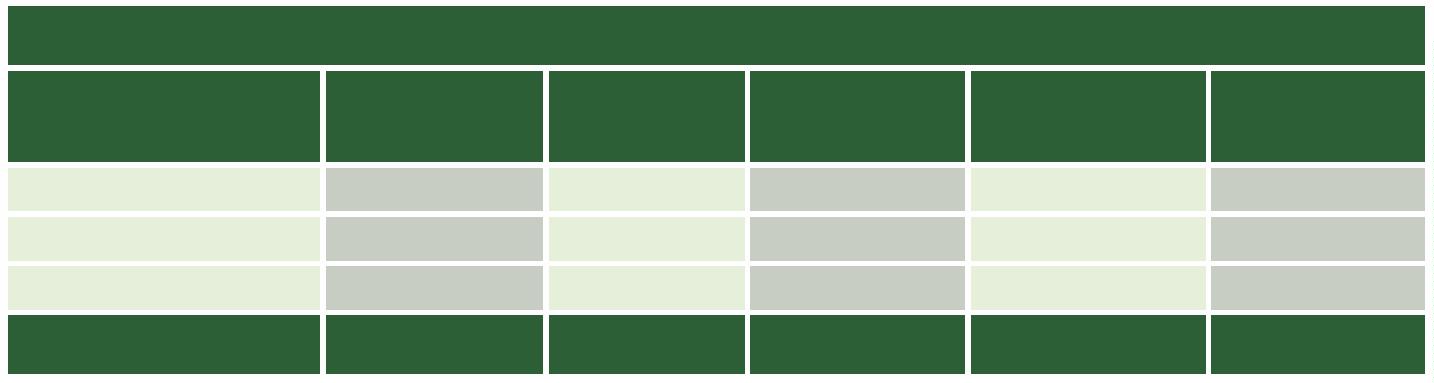
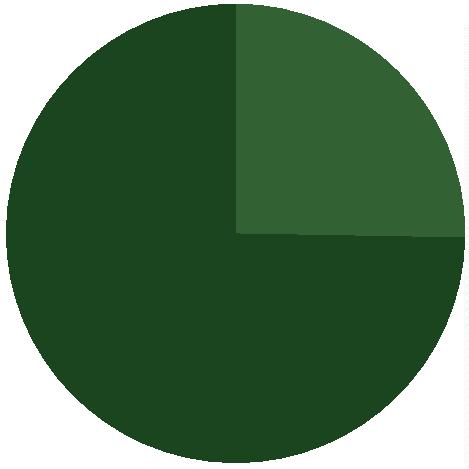
Não

45

218

TOTAL

263



Defensoria Pública do Estado da Bahia

PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM PESSOA DETERMINADA

Sim

Não

22

241

TOTAL

263

PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA

Sim

Não

134

129

TOTAL

263

RECOLHIMENTO DOMICILIAR NO PERÍODO

NOTURNO E NOS DIAS DE FOLGA

Sim

Não

9

254

TOTAL

263

20

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA OU ATIVIDADE

Sim

Não

0

263

TOTAL

263

INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Sim

Não

0

263

TOTAL

263

FIANÇA

Sim

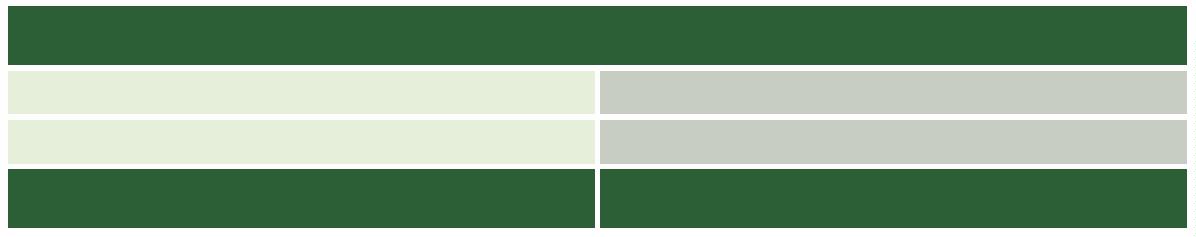
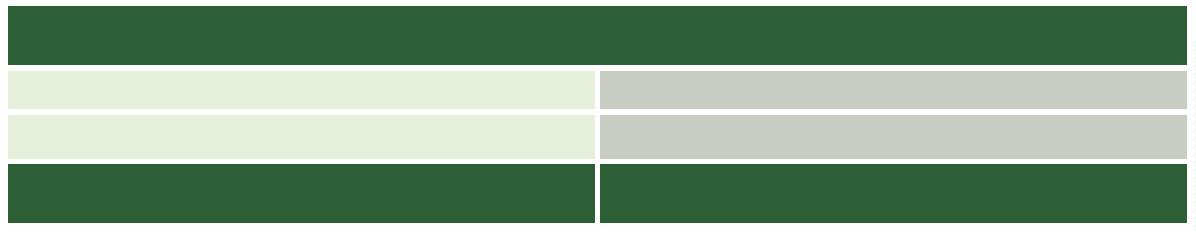
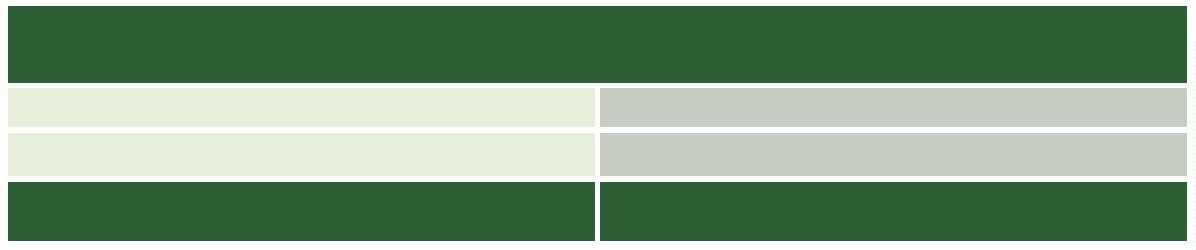
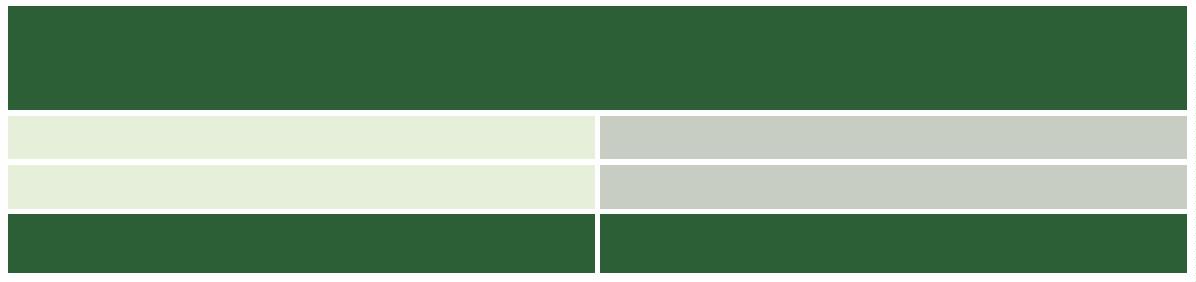
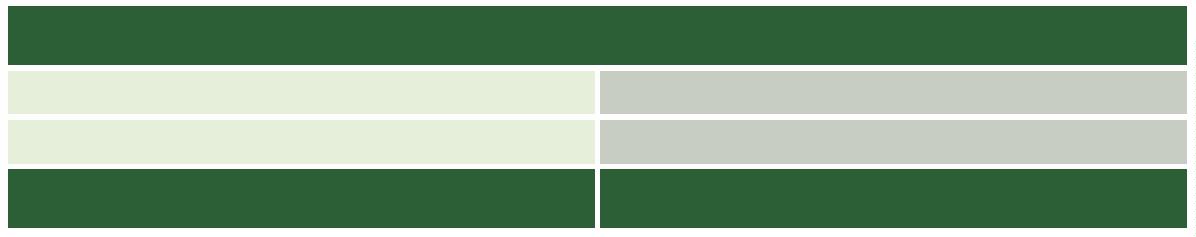
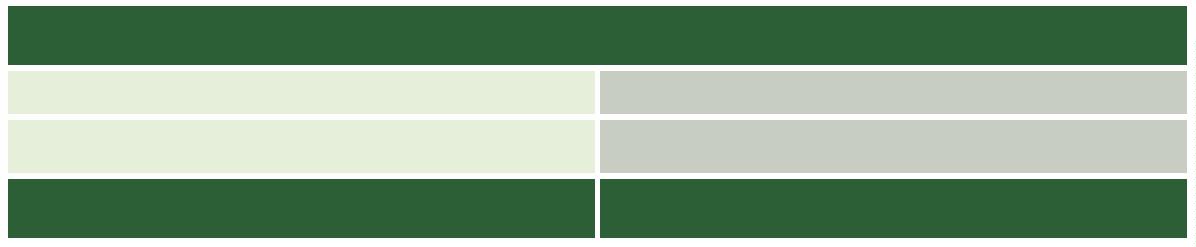
Não

11

252

TOTAL

263



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Sim

Não

1

262

TOTAL

263

Com relação à apreensão de drogas, constatou-se que em 43,3% de todos os ﬂa-

grantes houve apreensão de drogas. Desconsiderando-se casos em que nenhuma

droga foi apreendida, a maconha isoladamente representa um percentual de 9,6%

desse total. Quando a maconha é considerada em conjunto com outras drogas, o

percentual corresponde a 67,5%. A cocaína, por sua vez, isoladamente representa

1

2,6%, enquanto que em conjunto com outras drogas soma 86,8% do total. Já o

crack, isoladamente corresponde a 4,3% e em conjunto com outras drogas, repre-

senta 7,2% do total. Ressalte-se que, nesses cálculos, foi desconsiderado o registro

“sem informação”.

APREENSÃO DE DROGA

Cocaína+crack+maconha

14

34

11

Cocaína

Maconha

21

Crack

4

Cocaína/maconha

51

APREENSÃO DE DROGA

Crack/maconha

Nenhuma

1

148

TOTAL

263

Cocaína + crack + maconha

Cocaína

14

34

25

Maconha

11

Crack

4

1

8

Cocaína + maconha

Crack + maconha

Nenhuma

51

1

148

0

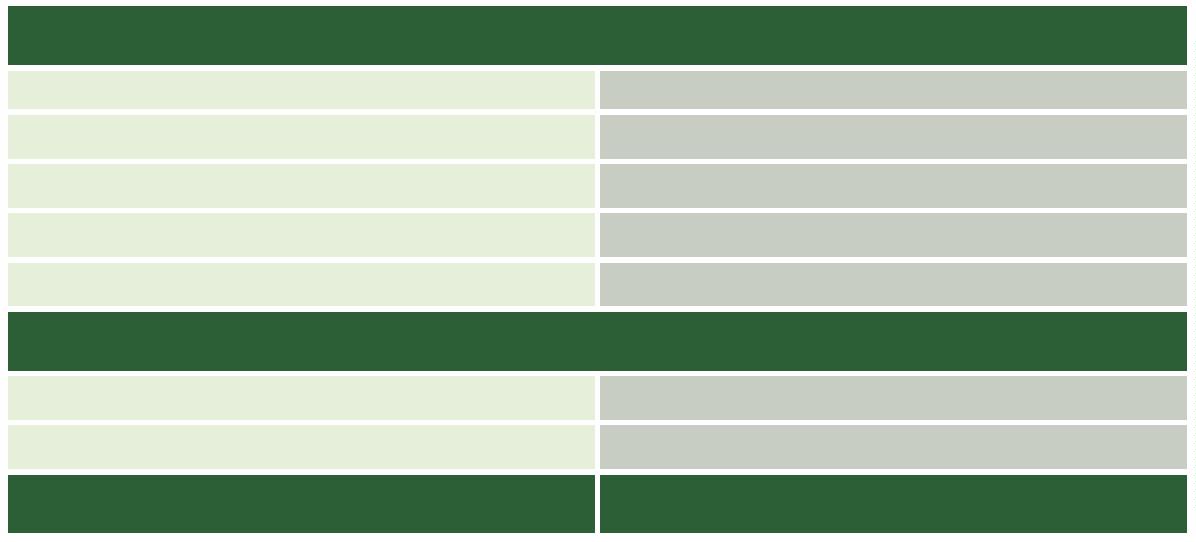
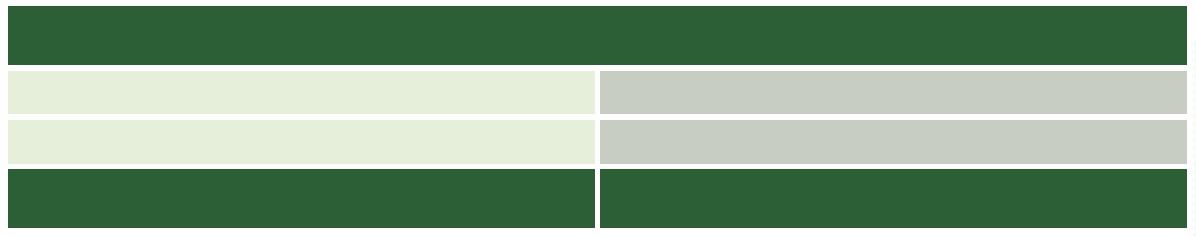
30

60

90

120

150



Defensoria Pública do Estado da Bahia

A partir do gráﬁco acima, e de dados obtidos nos processos, é possível identiﬁcar,

pelo peso, a quantidade de ﬂagrantes em relação à maconha, à cocaína e ao crack,

nos casos em que foram isoladamente apreendidos, além do percentual de liber-

dade provisória concedida por droga:

QUANTIDADE DE MACONHA APREENDIDA

Até 100g

Até 200g

1

2

2

6

Acima 200g

Sem informação

TOTAL

11

6

5

4

3

2

1

6

2

2

2

2

1

0

Até 100g

Até 200g

Acima 200g

Sem informação

QUANTIDADE DE COCAÍNA APREENDIDA

Até 10g

1

7

Até 1kg

Acima de 1kg

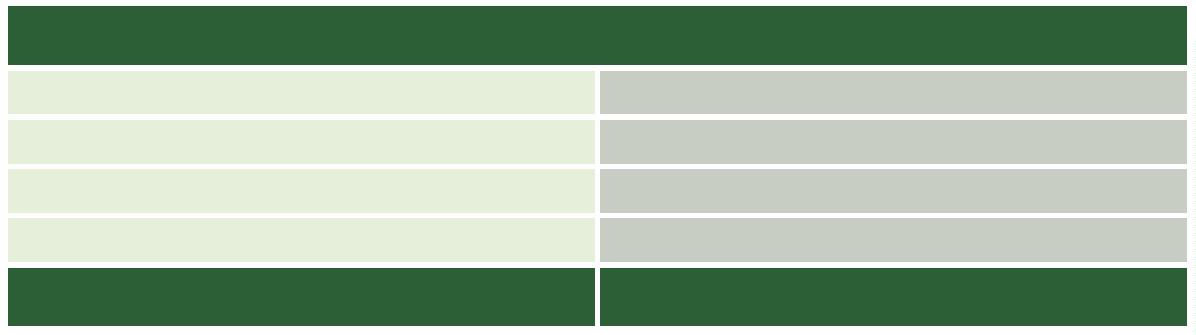
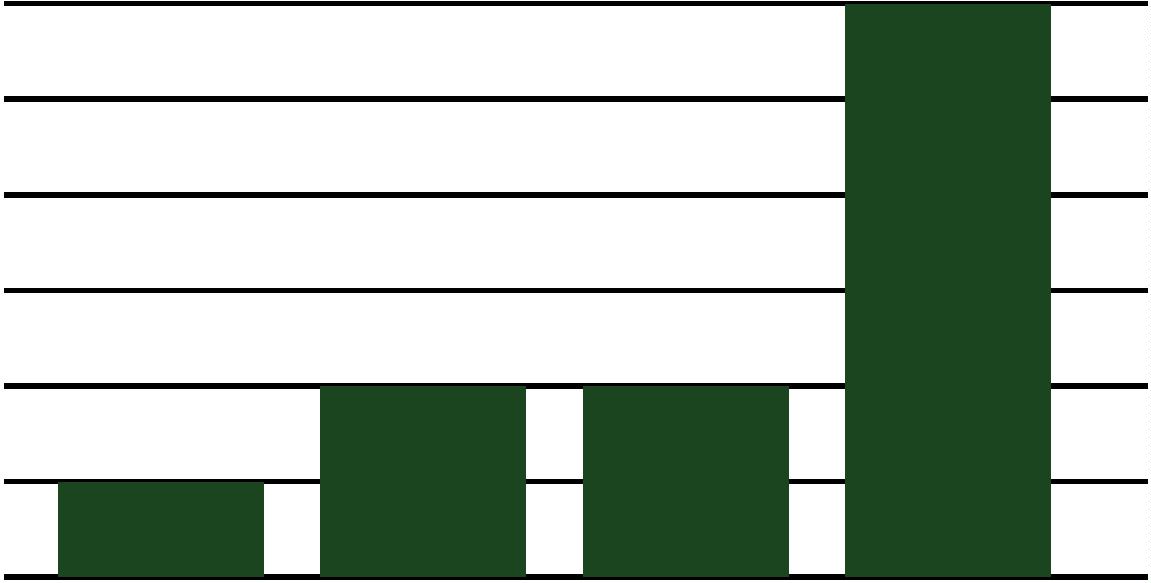
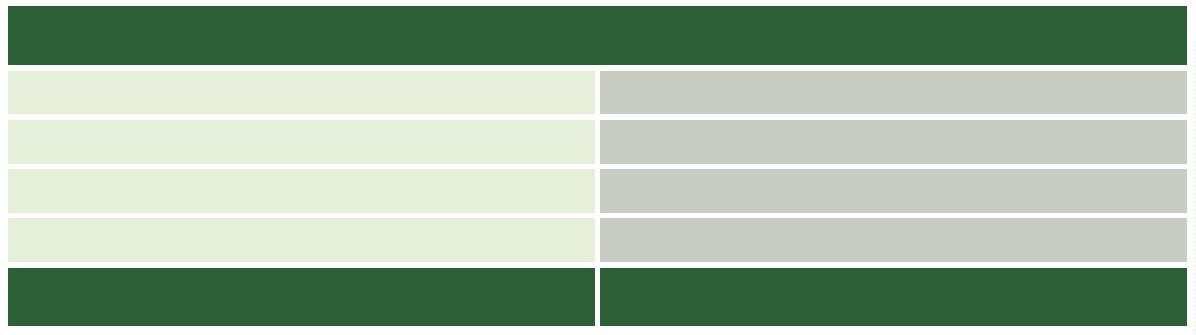
Sem informação

0

26

TOTAL

34



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

3

0

26

25

20

1

5

0

5

1

7

1

0

0

Até 10g

Até 1kg

Acima de 1kg

Sem informação

QUANTIDADE DE CRACK APREENDIDA

Até 100g

0

1

Até 500g

Acima 1kg

1

23

Sem informação

2

TOTAL

4

2

2

.0

1

.5

1

1

1

.0

0.5

0

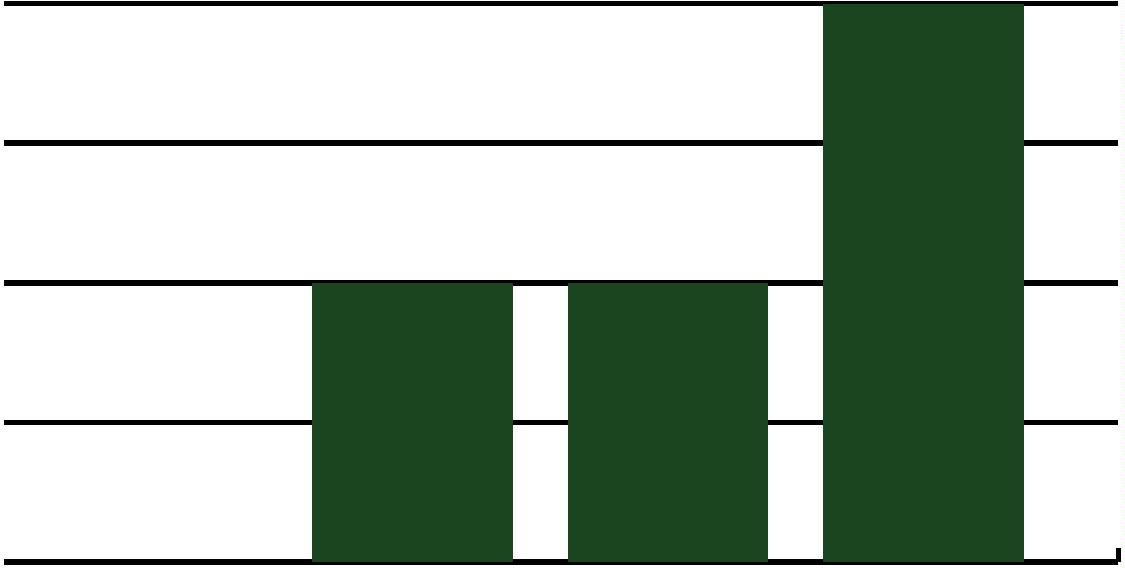
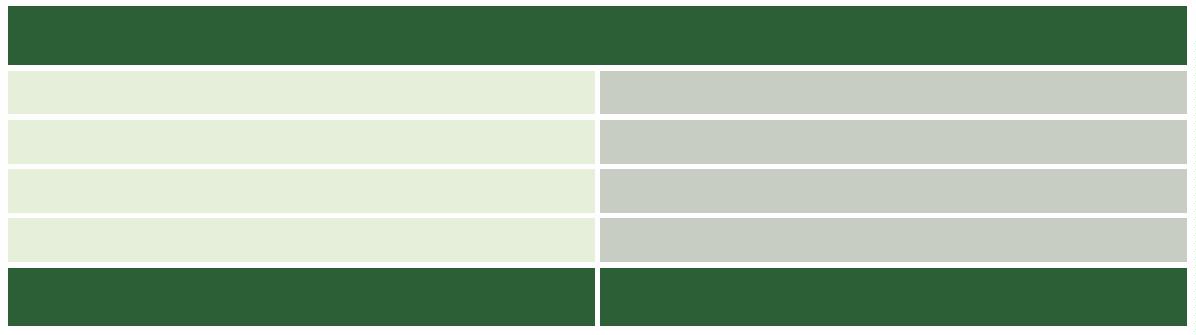
0.0

Até 100g

Até 500g

Acima 1kg

Sem informação



Defensoria Pública do Estado da Bahia

PERCENTUAL DE LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA POR DROGA

Crack

Cocaína

Maconha

25%

60,6%

54,5%

MULHERES (ISOLADAMENTE CONSIDERADAS)

Como já visto, as mulheres representam um quantitativo de apenas 18 dentro do

total de 263 ﬂagrantes do ano de 2019. Desse total, 16 mulheres são autodeclaradas

negras e apenas 1 autodeclarada branca. Em termos percentuais, as mulheres negras

representam 94,1% do total de ﬂagranteadas no ano de 2019, desconsiderando-se o

dado “sem informação”.

AUTODECLARAÇÃO DE COR

Pretas e pardas

Brancas

16

1

Sem informação

1

24

TOTAL

18

Brancas

5,9%

Pretas e pardas

4,1%

9

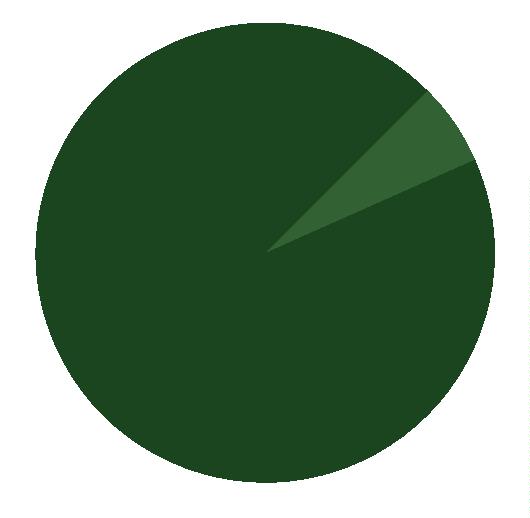
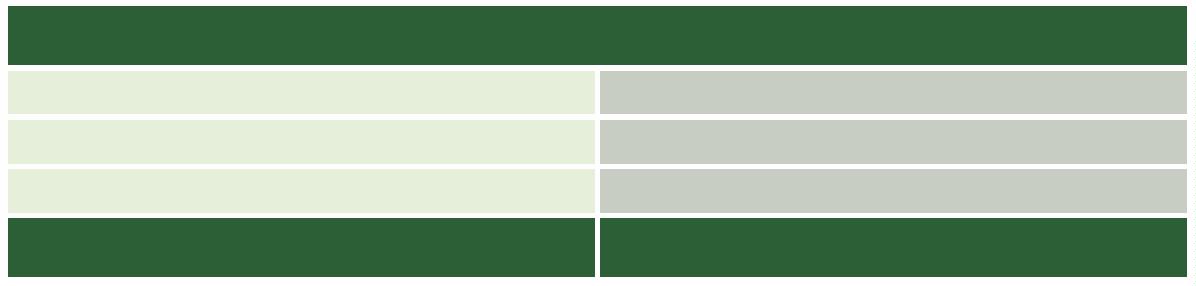
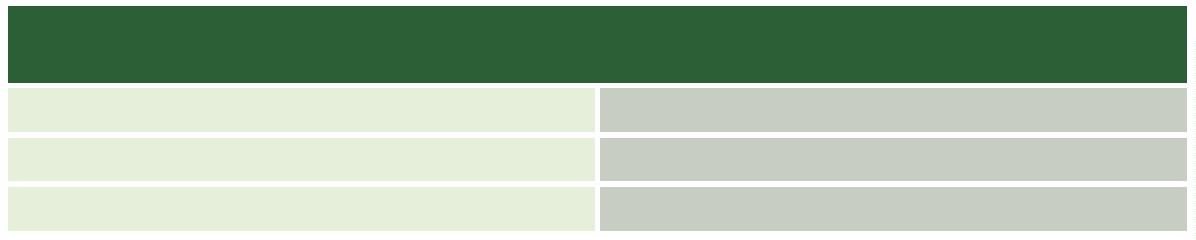
Quanto às decisões tomadas nos autos de ﬂagrante, houve concessão de liberdade

provisória em 44,4% dos casos. O percentual de prisões preventivas representa um

total de 38,9% do total de ﬂagrantes analisados. Os quase 17% restantes estão dis-

tribuídos entre caso em que foi arbitrada e recolhida ﬁança por autoridade policial

e prisão domiciliar:



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

DECISÃO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Prisão Preventiva Decretada

Prisão Domiciliar

3

1

Relaxamento

0

6

8

Liberdade Provisória

Não foram conduzidas à audiência de custódia\*

TOTAL

18

\*

Nesse caso, no plantão judiciário, foram 2 decisões que concederam liberdade provisória, 4 com

decreto de prisão preventiva e 1 determinando prisão domiciliar. Além disso, em 1 caso houve

arbitramento e recolhimento de ﬁança pela autoridade policial.

8

8

7

6

5

4

3

2

1

6

25

3

1

0

0

Prisão

Preventiva

Decretada

Prisão

Domiciliar

Relaxamento

Liberdade

Provisória

Não foram

conduzidas à

Audiência de

Custódia\*

Com relação a idade, é possível perceber que a maioria estava concentrada na faixa

jovem5 (55,5%):

IDADE MULHERES

1

8-29 Anos

10

5

3

0-41 Anos

4

2-53 Anos

3

5

4-59 Anos

0

0

0

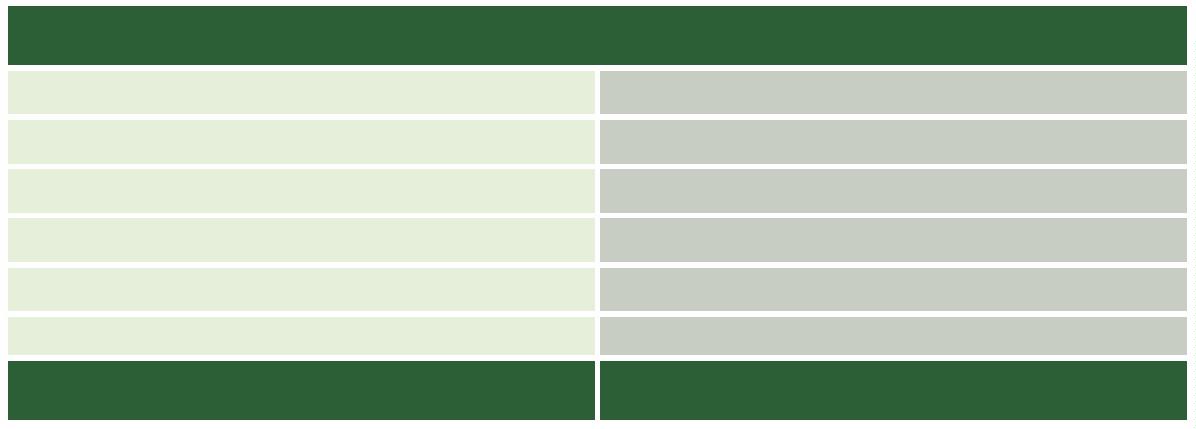
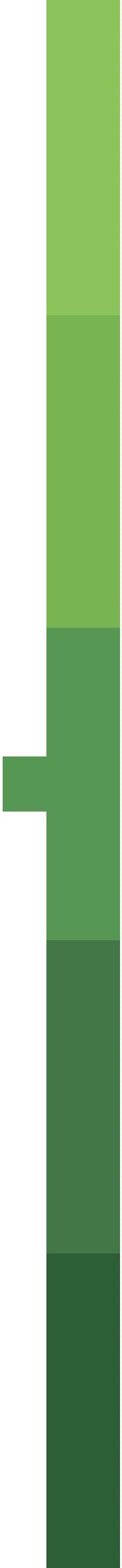
6

0 Anos ou mais

Sem informação

TOTAL

18



Defensoria Pública do Estado da Bahia

1

0

8

6

4

2

1

0

5

3

0

1

8-29 Anos

30-41 Anos

42-53 Anos

A mulher ﬂagranteada em 2019, portanto, é predominantemente negra (94,1%) e

jovem (55,5%).

Por ﬁm, com relação às imputações penais sofridas pelas mulheres entrevistadas,

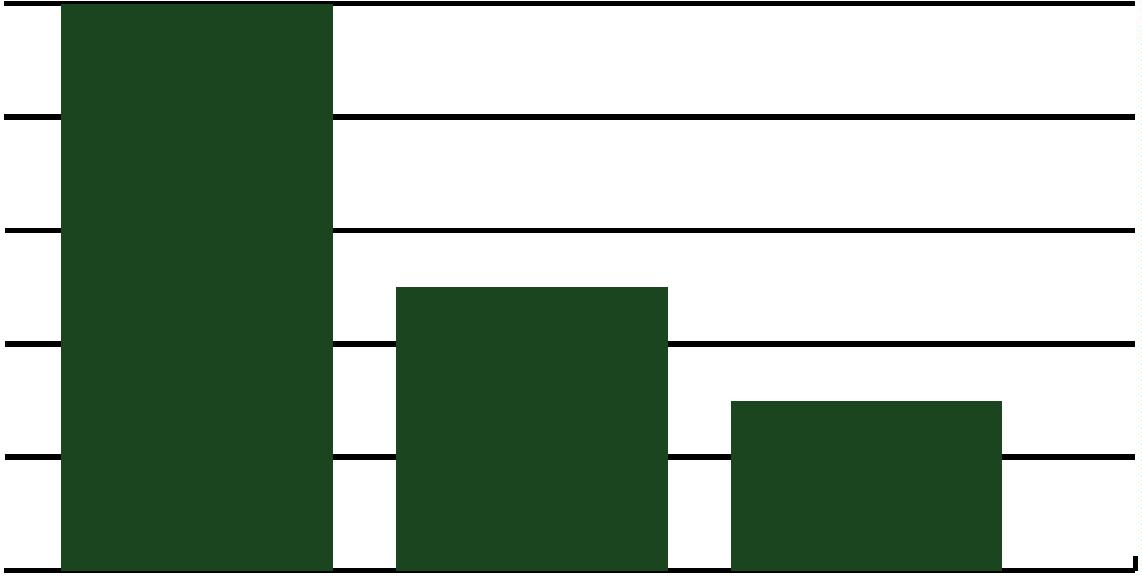
foram registrados 3 casos de crimes contra o patrimônio (isoladamente ou em con-

curso) ou 16,6% do total; 11 casos da Lei de Drogas (isoladamente ou em concurso)

ou 61,1% do total e 4 casos de outros crimes ou 22,2% do total, sendo 2 casos de

homicídio (11,1%).

26



Relatório das Audiências de Custódia em Simões Filho/Bahia (ano 2019)

IMPUTAÇÃO

Roubo (157, CP)

1

1

Furto (155,CP)

Lei de drogas (Lei 11.343/2006)

Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/1977)

Receptação (180,CP)

11

0

1

Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/2003)

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

Outros crimes

1

1

2

TOTAL

18

Outros crimes

Roubo - 5,6%

Furto - 5,6%

1

1,1%

Lei Mª da Penha

,6%

5

Estatuto do

desarmamento

5

,6%

27

Receptação

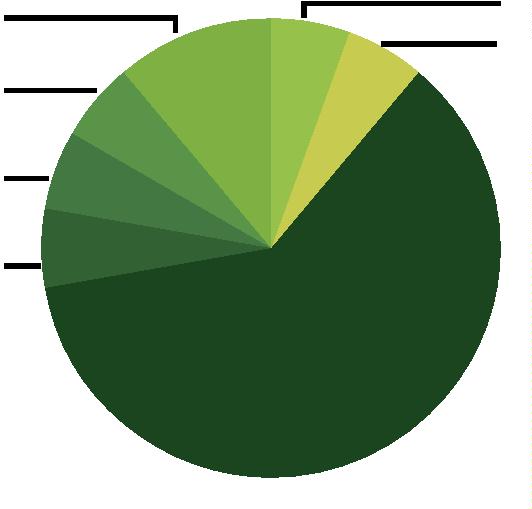
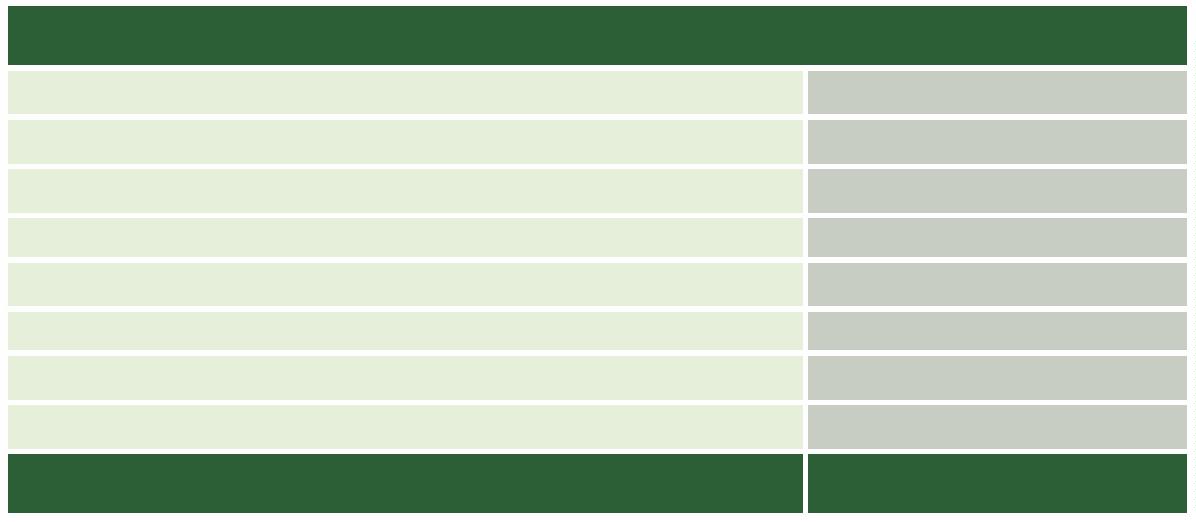
,6%

5

Lei de drogas

1,1%

6



Defensoria Pública do Estado da Bahia

CO N C LUSÃO

No presente relatório são expostos dados relativos às audiências de custódia reali-

zadas na comarca de Simões Filho no ano de 2019.

Com base neles é possível identiﬁcar o perﬁl socioeconômico do ﬂagranteado, seu

representante no momento da apresentação ao Judiciário, as decisões judiciais,

as imputações, apreensões de armas, drogas, lesões ocorridas, dentre outros ele-

mentos que são cruciais para o melhor entendimento de quem são os ﬂagranteados

que ingressam no sistema penal e de como se dá o funcionamento deste.

Tais informações são importantes para formulação de políticas públicas relacionadas

ao tema podendo ainda subsidiar a defesa na deﬁnição de estratégias de atuação

após o ﬂagrante.

A análise a respeito da audiência de custódia não pode prescindir de uma investi-

gação que tome a análise da realidade como norte para o debate. Como exemplo

podemos citar a taxa de retorno (volta a uma segunda audiência de custódia) que

detém baixo percentual no ano pesquisado (2,9%), o que desconstrói a argumen-

tação crítica pautada no senso comum que entende ser a audiência de custódia um

instrumento de “incentivo a criminalidade” vez que o ﬂagranteado solto voltaria a

cometer delitos por conta de suposta “impunidade”.

2

8

Disseminar o conhecimento – indo para além do intuitivo e do achaque populista a

instrumentos processuais garantidores de direitos fundamentais – é compromisso

da Defensoria Pública do Estado da Bahia, razão pela qual vem apresentar para a

comunidade o presente estudo.



ANEXO

RELATÓRIO | VARIÁVEIS

DETERMINANTES NA

PRISÃO PREVENTIVA EM

AUDIÊNCIAS DE

CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE

DE PRISÕES EM

FLAGRANTE REALIZADAS

NA COMARCA DE SIMÕES

FILHO/BA NO ANO DE 2019



Defensoria Pu´blica do Estado da Bahia

Coordena¸c˜ao de Moderniza¸c˜ao e Inform´atica

RELATO´RIO

Vari´aveis determinantes na pris˜ao preventiva em audiˆencias de

cust´odia: Uma an´alise de pris˜oes em ﬂagrante realizadas na

comarca de Sim˜oes Filho/Ba no ano de 2019.

Salvador - Bahia



Conteu´do

1

2

3

4

5

6

Introdu¸c˜ao

2

3

Objetivo

An´alise Descritiva de Dados

Modelo de Regress˜ao Log´ıstico

An´alise de Res´ıduos e Bondade de Ajuste

Conclus˜ao

3

8

13

14

1

Introdu¸c˜ao

No Brasil, diversas pessoas sa˜o ilegalmente presas sem ter seus direitos e garantias ob-

servados, al´em de passar longos per´ıodos na prisa˜o para posteriormente ser veriﬁcado pela

autoridade competente que na˜o havia necessidade na manuten¸ca˜o do encarceramento (Nunes e

Souza, 2018). Esses presos proviso´rios representam uma soma bastante signiﬁcativa nas cadeias

e penitencia´rias de norte a sul do pa´ıs. Dados divulgados em 2017 pelo Levantamento Nacional

de Informac¸˜oes Penitenci´arias, conclu´ıram que 40% da popula¸ca˜o em c´arcere era constitu´ıda

por pessoas presas a` espera de julgamento. Esse encarceramento sem tempo determinado at´e

o julgamento ´e considerado por estudiosos como Santos (2015), uma medida que deveria ser

usada apenas em situa¸co˜es extremamente necess´arias.

Em 2015, com o objetivo de reduzir o nu´mero de presos preventivos, avaliar a legalidade

da prisa˜o, bem como a ocorrˆencia de torturas e maus tratos, garantindo a dignidade humana

segundo tratados internacionais, o Conselho Nacional de Justi¸ca (CNJ), com base no artigo

7o da Conven¸ca˜o Americana de Direitos Humanos e no artigo 9o do Pacto Internacional de

Direitos Civis e Pol´ıticos, lan¸ca o projeto Audiˆencia de Cust´odia.

A Audiˆencia de Custo´dia constitui um instrumento que assegura a`s pessoas presas em

ﬂagrante delito a garantia legal de ser apresentada a uma autoridade judicial no prazo de

at´e 24 horas, contados da sua prisa˜o. Deste ato participam tamb´em um representante do

Minist´erio Pu´blico, al´em de um Advogado ou Defensor Pu´blico, tendo importante contribui¸ca˜o

para assegurar a integridade f´ısica do preso, analisar as circunstˆancias em que ocorreu o ﬂagrante

e a necessidade de manuten¸ca˜o da custo´dia. Assim, ao ﬁnal da audiˆencia o magistrado decidir´a

pela Concessa˜o de liberdade proviso´ria impondo ou na˜o medidas cautelares, pelo Relaxamento

da prisa˜o considerada ilegal ou, havendo necessidade e presentes os requesitos, pela decreta¸ca˜o

de Pris˜ao preventiva.

Uma importante pretensa˜o na aplicac¸˜ao e realiza¸ca˜o das audiˆencias de custo´dia era, pelo

menos a longo prazo, reduzir consideravelmente o nu´mero de presos proviso´rios pela aplicac¸˜ao de

medidas cautelares diversas da pris˜ao (Lages & Ribeiro, 2019). Por´em, informac¸˜oes divulgadas

pelo CNJ mostraram que at´e junho de 2017 haviam sido realizadas no Brasil 258.485 audiˆencias

de cust´odia, desse total 142.988 (55,32%) casos resultaram em prisa˜o preventiva.

As organiza¸co˜es policiais s˜ao, de certa forma, a porta de entrada do sistema de justic¸a

criminal. Cabe a eles observar determinados comportamentos considerados delituosos, registra´-

los e encaminha´-los ao judicia´rio. No entanto algumas abordagens parecem vir acompanhadas

de certa seletividade, evidenciando determinados estere´otipos sociais. Como podemos ver em

(Lages & Ribeiro, 2019) um importante percentual dos presos que s˜ao levados `as audiˆencias de

custo´dia no Fo´rum Lafayette em Belo Horizonte/MG, sa˜o jovens negros, do sexo masculino, com

pouca escolaridade, trabalham na informalidade e residem nas periferias das grandes cidades.

2



Estudos que se propo˜em a investigar, estudar e analisar os efeitos que certos determinantes

sociais observados nos presos ﬂagranteados possam ter na decisa˜o tomada pela autoridade

judicial ainda sa˜o limitados na literatura. Essa conclus˜ao foi obtida por Azevedo e Sinhoretto

(2018), apo´s realizar uma revisa˜o bibliogr´aﬁca em artigos das a´reas de Sociologia e Antropologia,

publicados entre os anos de 2012 a 2017 com interesse em assuntos sobre justi¸ca criminal no

Brasil.

Diante desses expostos surgem du´vidas a seguinte questa˜o: Quais varia´veis inerentes aos

indiv´ıduos apresentados nas audiˆencias de cust´odia podem ser signiﬁcativamente determinantes

no aumento ou diminui¸c˜ao da chance de ter como decis˜ao um decreto de prisa˜o preventiva?

2

Objetivo

O objetivo desse relato´rio ´e tra¸car o perﬁl dos ﬂagranteados bem como as determinantes

que compo˜em as deciso˜es proferidas em sede de audiˆencia de cust´odia realizadas na comarca

de Simo˜es Filho/Ba no ano de 2019. Com essas informa¸co˜es poderemos entender, partindo de

uma ana´lise quantitativa, determinados crit´erios avaliados como preponderantes na decis˜ao do

decreto de prisa˜o cautelar ou concessa˜o de liberdade proviso´ria com ou sem outras medidas.

Assim, este trabalho ser´a dividido da seguinte forma: No Cap´ıtulo 3 sera˜o abordadas an´alises

descritiva e explorat´oria de dados, necess´aria para o entendimento do comportamento e rela¸ca˜o

existente entre as varia´veis. No Cap´ıtulo 4 um modelo de regressa˜o log´ıstico bin´ario sera´

ajustado com interesse em investigar quais vari´aveis sa˜o estatisticamente signiﬁcativas para

responder o aumento ou diminuic¸˜ao da chance de pris˜ao cautelar, bem como sua interpretabili-

dade aos dados reais. O cap´ıtulo 5 trata da ana´lise de res´ıduos e bondade do ajuste do modelo

descrito no cap´ıtulo anterior. No Cap´ıtulo 6 sera´ apresentada uma breve conclus˜ao contendo

importantes considera¸co˜es a respeito dos resultados encontrados.

3

An´alise Descritiva de Dados

A base de dados utilizada na extra¸c˜ao das informa¸co˜es contidas neste relato´rio ´e composta

por 263 pessoas que foram autuadas apo´s suspeitas de envolvimento em crimes que v˜ao desde

tra´ﬁco de drogas, passando por autua¸co˜es relacionadas ao estatuto do desarmamento, crimes

contra o patrimoˆnio, dentre outros, na cidade de Simo˜es Filho/Ba e apresentadas a` 1a e 2a

Vara criminal daquela comarca. Todos esses dados foram importados para o programa de

ana´lise de dados RStudio, permitindo uma melhor ana´lise atrav´es da construc¸˜ao de tabelas e

gra´ﬁcos. Modelos estat´ısticos, u´teis para o entendimento dos determinantes judiciais tamb´em

foram ajustados. Resultados preliminares apresentados na Tabela 1 mostram que dentre as

audiˆencias realizadas, 41% ocorreram entre os meses de marc¸o a junho de 2019.

A resolu¸ca˜o do CNJ por meio do Projeto audiˆencia de custo´dia recomenda que o autuado

em ﬂagrante seja apresentado a` autoridade judicial competente em at´e vinte e quatro horas

a contar da prisa˜o, por´em tal recomenda¸ca˜o nem sempre ´e observada. Dos 263 autuados que

encontram-se na amostra, 185 constavam a data do fato e da ocorrˆencia da audiˆencia, isto

porque, nos demais casos, a audiˆencia n˜ao foi realizada.

3



Tabela 1: Audiˆencias de custo´dia realizadas em Sim˜oes Filho/BA.

Mˆes - Ano

Audiˆencias Realizadas Outras Situa¸c˜oes

outubro de 2018

novembro de 2018

dezembro de 2018

janeiro de 2019

fevereiro de 2019

mar¸co de 2019

abril de 2019

maio de 2019

junho de 2019

julho de 2019

agosto de 2019

setembro de 2019

outubro de 2019

novembro de 2019

dezembro de 2019

Total

02

00

00

00

15

17

18

20

21

16

34

12

16

07

07

185

00

00

08

14

06

09

11

03

04

05

03

04

03

07

01

78

Fonte: DPEBA

A Tabela 2 mostra que dentre as 185 audiˆencias de custo´dia realizadas, apenas 18,38%

ocorreram no per´ıodo de at´e um dia (mesmo dia da prisa˜o ou um dia apo´s a pris˜ao), 37,84%

ocorreram dois dias apo´s a pris˜ao e que 16,21% das audiˆencias de cust´odia foram realizadas 4

dias apo´s a pris˜ao em ﬂagrante. Em m´edia, o tempo observado at´e a realiza¸c˜ao da audiˆencia

de custo´dia na comarca de Simo˜es Filho, de acordo com os dados analisados, foi de 3 dias.

Segundo o Pleno do CNJ em sua 42a Sessa˜o Virtual, quando realizada ap´os o per´ıodo de 24

horas a audiˆencia de custo´dia pode ter sua eﬁca´cia signiﬁcativamente comprometida.

Tabela 2: Tempo at´e a realiza¸ca˜o da audiˆencia de custo´dia em Sim˜oes Filho/BA.

Per´ıodo

At´e um dia

Dois dias

Frequˆencia Absoluta (n) Frequˆencia Relativa (%)

034

070

020

031

030

185

18,38

37,84

10,81

16,76

16,21

100,00

Trˆes dias

Quatro dias

Apo´s quatro dias

Total

Fonte: DPEBA

Uma importante quest˜ao nas audiˆencias de custo´dia est´a em conhecer o perﬁl dos autuados

que dela participam. Trabalhos como os publicados por Lages & Ribeiro, (2019), mostraram

que ”Em 36,5% das situa¸c˜oes, os policiais alegaram que a “atitude suspeita” levou a` abordagem

que, por sua vez, revelou a pra´tica do delito”.

4



Assim, faz-se necess´aria uma ana´lise sobre vari´aveis que tratam das caracter´ısticas pessoais

que podem estar associadas a denominada “atitude suspeita”. Dentre os 263 indiv´ıduos na

amostra, 245 (93,15%) eram do sexo masculino; 205 (77,95%) eram negros (pretos e pardos), 53

(20,15%) na˜o declararam cor e apenas 5 (1,90%) declararam-se brancos; 101 (38,40%) possu´ıam

at´e o ensino m´edio incompleto (apenas alfabetizado, fundamental incompleto, fundamental

completo, m´edio incompleto), 27 (10,27%) possu´ıam o ensino m´edio completo (25 concluiram

o ensino m´edio, 2 cursavam ensino superior), 135 (51,33%) na˜o informaram escolaridade.

Outro importante perﬁl pode ser observado na Figura 1 e Tabela 3. Nelas est˜ao descritas a

idade dos presos ﬂagranteados com e sem descrimina¸ca˜o segundo o sexo.

Figura 1: Boxplot das idades sem e com descrimina¸ca˜o segundo o sexo.

A idade m´ınima observada para os sexos masculino (M) e feminino (F) foi de 18 anos. A

idade ma´xima para pessoas presas do sexo masculino e feminino foi de 60 e 53 anos, respectiva-

mente. A m´edia de idade foi de 30 anos para o sexo feminino e de 28,56 anos para o masculino.

Uma estat´ıstica importante destacada na Tabela 3 sa˜o os c´alculos dos quartis. O 3o quartil

mostra que 75% dos autuados do sexo masculino tinham at´e 34 anos, enquanto que a mediana

mostra que 50% dos ﬂagranteados do sexo masculino tinham at´e 26 anos no momento da pris˜ao.

Tabela 3: Ana´lise descritiva da vari´avel idade sem e com descrimina¸ca˜o segundo o sexo.

Classiﬁca¸ca˜o

Ana´lise Descritiva de Dados

M´ınimo 1o Quartil Mediana M´edia 3o Quartil Ma´ximo

Autuados

Feminino

Masculino

Fonte: DPEBA

18,00

18,00

18,00

22,00

26,00

22,00

26,00

27,00

26,00

28,66

30,00

28,56

34,00

33,25

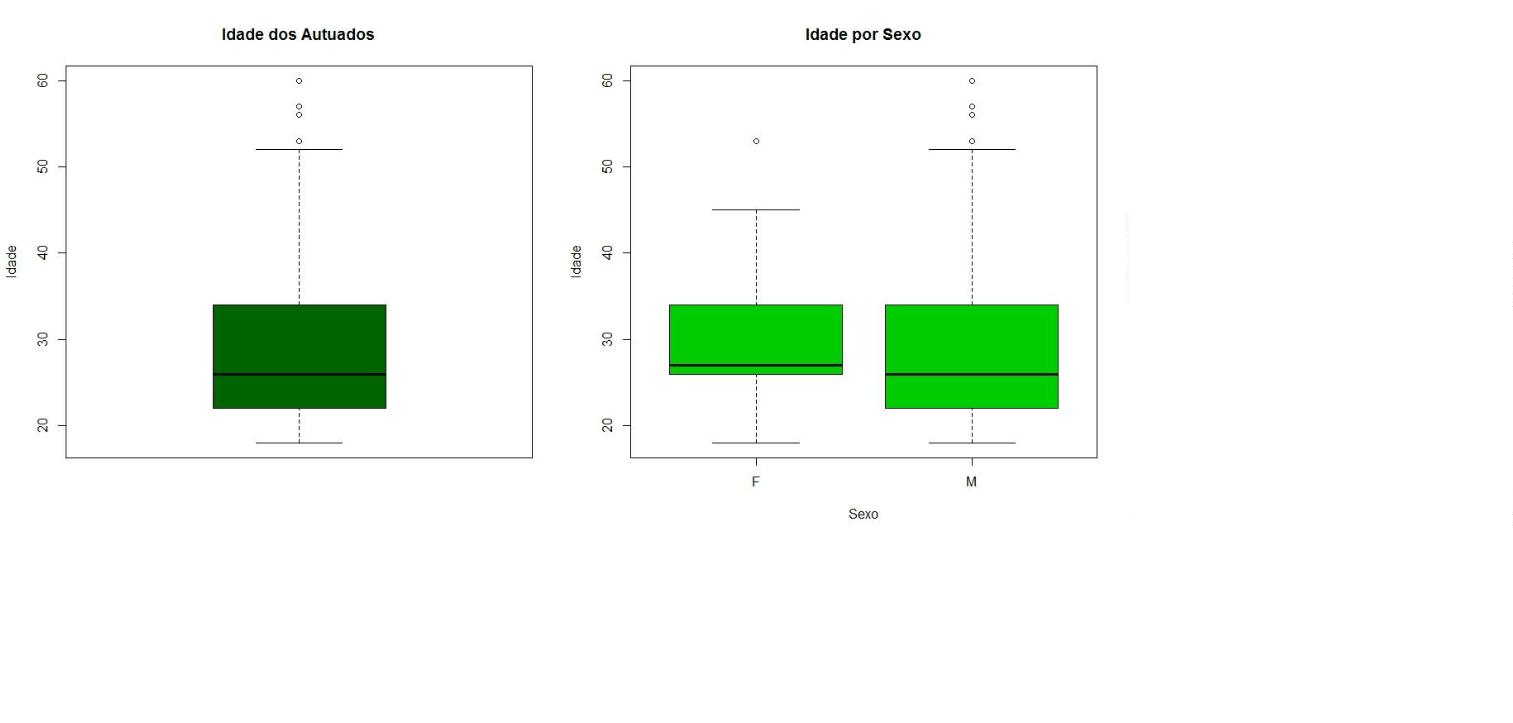
34,00

60,00

53,00

60,00

5



O Gra´ﬁco 2 descreve o percentual de autuados segundo o tipo de crime. Podemos visua-

lizar que 12,17% dos ﬂagranteados foram presos por suposta pra´tica de recepta¸ca˜o (Art. 180,

CP), 3,39% sa˜o crimes diversos. A Lei de drogas (Lei 11.343/2016), Lei Maria da Penha (Lei

1

1.340/2006) e roubo (Art. 157, CP), juntos representam 72,63% das imputa¸co˜es.

Figura 2: Gr´aﬁco de setores por tipo de crime.

No que diz respeito a decis˜ao do plant˜ao judici´ario, Figura 3, em 69 (26,24%) casos a pris˜ao

preventiva foi decretada. Para 48 (18,25%) autuados houve liberdade proviso´ria concedida

(com e sem cautelares). Das 142 (53,99%) autua¸co˜es que n˜ao foram analisadas no planta˜o,

1

3 correspondem a ﬁan¸ca arbitrada e recolhida pela autoridade policial, sendo o autuado solto

em seguida. Ainda com rela¸ca˜o a vari´avel decis˜ao do planta˜o judicia´rio, por´em considerando

apenas o percentual de decis˜oes ”v´alidas”, ignorando os 142 casos que na˜o foram analisados

no plant˜ao, teremos que 69 (57,0%) tiveram pris˜ao preventiva decretada e 52 (43,0%) tiveram

resultados diversos da prisa˜o preventiva (48 liberdades proviso´rias com e sem cautelares, 1

prisa˜o domiciliar e 3 relaxamentos).

No que diz respeito a varia´vel decis˜ao proferida em audiˆencia de custo´dia, Tabela 4, 30%

das pris˜oes em ﬂagrante tornaram-se prisa˜o preventiva. Em apenas 1,52% dos casos houve

relaxamento de pris˜ao.

6

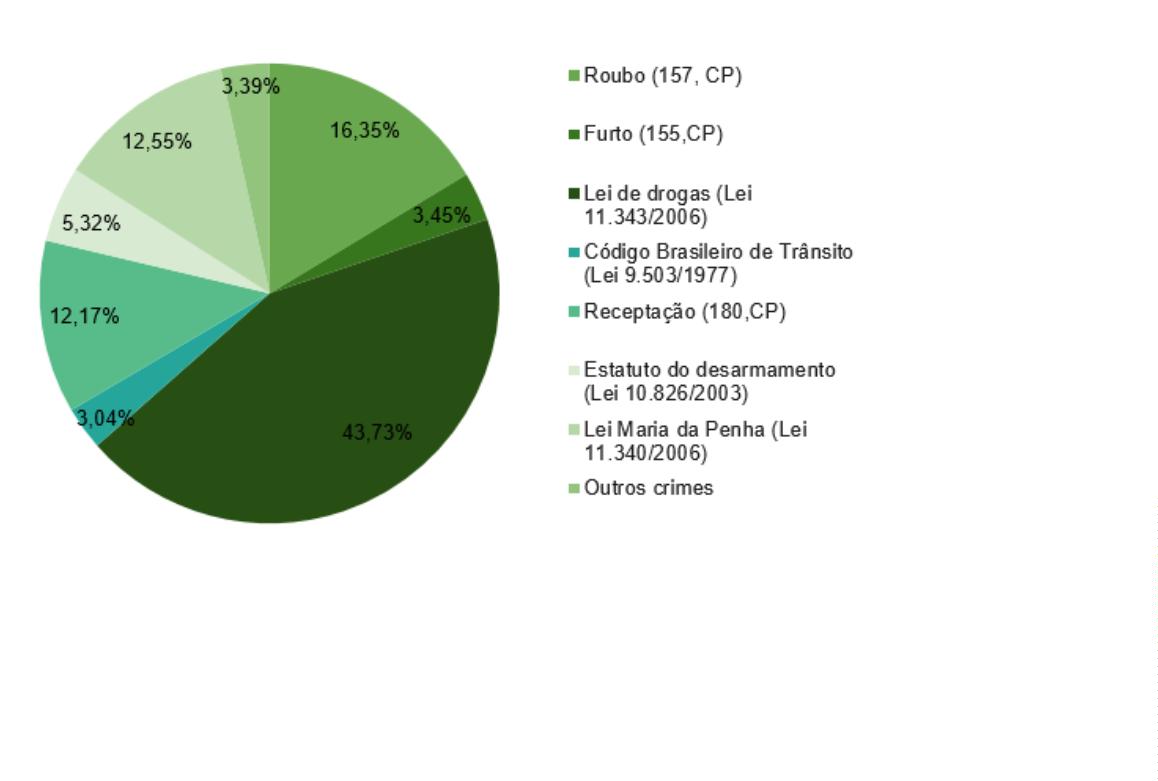


Figura 3: Decis˜ao do plant˜ao judicia´rio.

Em aproximadamente 40% das deciso˜es, a liberdade proviso´ria com medida cautelar foi

concedida, em 28,14% dos casos, na˜o houve condu¸c˜ao da pessoa presa a audiˆencia de custo´dia

(destas, 49 receberam liberdade proviso´ria no plant˜ao judicia´rio, 13 tiveram ﬁanc¸a arbitrada e

recolhida pela autoridade policial, 11 receberam decisa˜o de pris˜ao preventiva pelo planta˜o e 1

foi colocada em prisa˜o domiciliar tamb´em no plant˜ao).

Tabela 4: Frequˆencia observada nas decis˜oes em audiˆencia de cust´odia.

Frequˆencia

Decisa˜o

Relativa (%)

30,04

00,38

Prisa˜o preventiva

Prisa˜o domiciliar

Prisa˜o relaxada

Liberdade provis´oria

Na˜o foram conduzidas a audiˆencia de cust´odia

01,52

39,92

28,14

100,00

Total

Fonte: DPEBA

Uma importante observa¸ca˜o diz respeito a manuten¸ca˜o da pris˜ao preventiva apo´s a decisa˜o

do planta˜o judicia´rio. Constatou-se que dos 69 autuados que receberam pris˜ao preventiva

no plant˜ao judici´ario, 34 (49,27%) tiveram essa decisa˜o ratiﬁcada na audiˆencia de cust´odia,

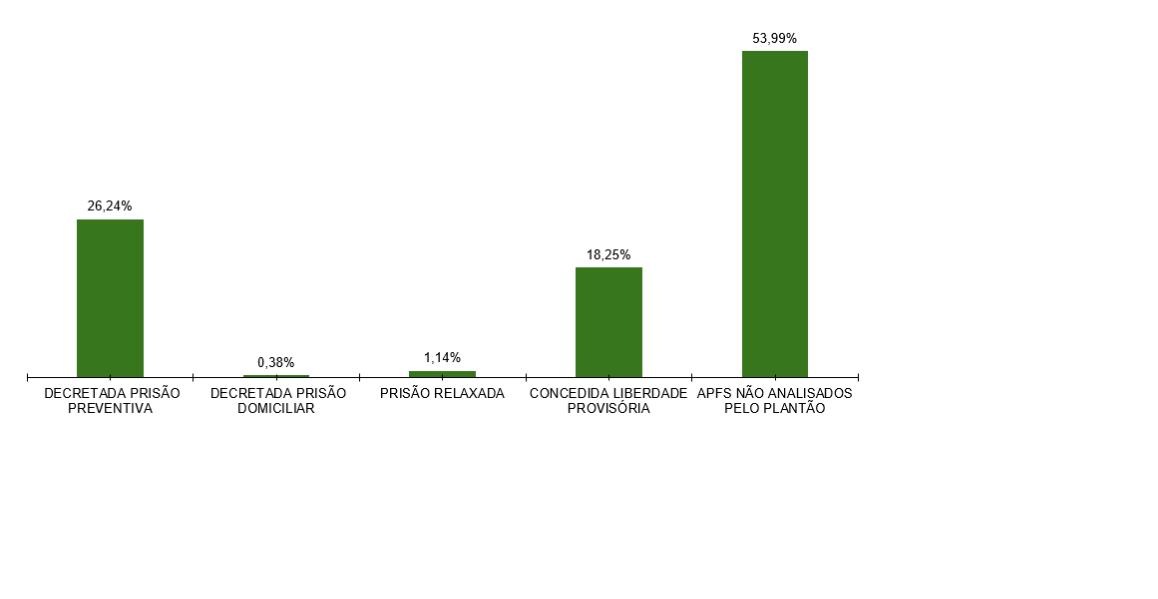
1

1 (16%), por n˜ao terem participado de audiˆencia, permaneceram em prisa˜o preventiva e 24

(34,73%) tiveram liberdade proviso´ria, relaxamento ou prisa˜o domiciliar em substitui¸ca˜o quando

submetidos a reana´lise em audiˆencia de cust´odia.

7



A participa¸ca˜o do Minist´erio Pu´blico e da Defesa ´e salutar na preserva¸c˜ao dos direitos do

indiv´ıduo durante a cust´odia. Na ana´lise dos dados da comarca de Simo˜es Filho/BA, observou-

se que em todas as audiˆencias houve a participa¸ca˜o da defesa t´ecnica, sendo 120 (64,86%)

pessoas presas acompanhadas por advogada ou advogado e 65 (35,14%) orientadas por o´rg˜aos

da Defensoria Pu´blica do Estado da Bahia.

Todos os processos pertinentes aos autuados concentraram-se nas 1a e 2a Vara criminal de

Simo˜es Filho. Dentre os diversos autos de prisa˜o em ﬂagrante, uma ana´lise apenas por unidade

judicia´ria revelou que na 1a Vara a propor¸c˜ao de decis˜oes em audiˆencia de custo´dia em que o

resultado foi a prisa˜o preventiva somada aos casos de audiˆencia n˜ao realizada (prisa˜o preventiva

decretada pelo plantao) ´e de 29%, ja´ na 2a Vara essa propor¸ca˜o ´e de aproximadamente 39%.

4

Modelo de Regress˜ao Log´ıstico

A Regressa˜o Log´ıstica constitui uma ferramenta estat´ıstica bastante utilizada em situa¸c˜oes

no qual o interesse est´a em ajustar um modelo preditivo capaz de calcular a chance de ocorrˆencia

de um evento quando a resposta apresenta comportamento catego´rico, frequentemente bina´rio,

a partir de uma s´erie de varia´veis explicativas cont´ınuas e/ou categ´oricas. Mesmo quando a

varia´vel resposta na˜o ´e originalmente bina´ria, alguns pesquisadores tˆem dicotomizado de modo

que a probabilidade de sucesso possa ser modelada atrav´es da regressa˜o log´ıstica.

Na regressa˜o log´ıstica bin´aria, a varia´vel resposta ´e dicotˆomica, sendo atribu´ıdo o valor

um ao acontecimento de interesse (sucesso) e zero ao acontecimento complementar (insucesso).

Nas ana´lises realizadas nos dados coletados na comarca de Simo˜es Filho utilizaremos a decis˜ao

em audiˆencia de custo´dia como varia´vel resposta, sendo a prisa˜o preventiva o nosso ”sucesso”,

aﬁnal o interesse est´a em calcular a probabilidade de prisa˜o e situac¸˜oes diversas da pris˜ao ser´a

o ”insucesso”. A expressa˜o inicial para entender a regress˜ao log´ıstica pode ser descrita como:

E[Y |X = x] = β + β X + β X + ... + β X ,

(1)

0

1

1

2

2

p

p

em que E[Y |X = x] assume valores entre [0,1], podendo ser pensado como um valor pe-

centual m´edio, ou seja, a probabilidade de observar a pris˜ao preventiva dado caracter´ısticas

pertencentes a cada indiv´ıduo (que sa˜o os justamente os Xi).

De acordo com Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013), diversas fun¸co˜es de distribui¸ca˜o

foram propostas para analisar vari´aveis com resposta dicotˆomica. As razo˜es principais para a

escolha da fun¸c˜ao log´ıstica est´a na sua ﬂexibilidade e f´acil utiliza¸c˜ao, al´em de permitir uma

interpeta¸ca˜o criteriosa.

Considere Y uma varia´vel resposta bina´ria assumindo apenas dois resultado que podem ser

categorizados como zero (0) e um (1), e X , X , ..., X uma sequˆencia de vari´aveis explicativas.

1

2

P

Deﬁna π(x) como sendo π(x) = P(Y=1|X=x) = 1 - P(Y=0|X=x). Ent˜ao, considere o modelo

geral de regressa˜o log´ıstica dado pela seguinte expressa˜o:

ꢀ

sendo feita uma transformac¸˜ao logit com o objetivo de linearizar o modelo aplicando o

ꢁ

π(x)

log

= β + β X + β X + ... + β X ,

0

(2)

1

1

2

2

p

p

1

− π(x)

logaritmo.

8



Esse modelo pode ser u´til para descrever, por exemplo, associac¸˜ao entre ter ou na˜o prisa˜o

preventiva decretada e ter ou n˜ao antecedentes criminais. Ser˜ao ent˜ao amostrados n1 situa¸co˜es

em que houve a ocorrˆencia da prisa˜o preventiva decretada e que o autuado possuia anteceden-

tes criminais e, n2 situa¸co˜es em que houve a ocorrˆencia de pris˜ao preventiva decretada e que

o autuado na˜o possuia entecedentes criminais, e π(x) seria a probabilidade de ser decretada a

prisa˜o preventiva. Al´em do ca´lculo da chance de haver pris˜ao preventiva segundo a presenc¸a

ou na˜o de antecedentes criminais, o modelo de regressa˜o log´ıstico possibilita compreender quais

varia´veis sa˜o estatisticamente signiﬁcativas (idade, sexo, uso de arma de fogo, possuir antece-

dentes criminais, etc) para explicar um determinado fenoˆmeno. Assim, ajustou-se o modelo de

regressa˜o log´ıstico bin´ario sendo a vari´avel resposta a decis˜ao sobre prisa˜o. Essa varia´vel foi

codiﬁcada apenas por ter prisa˜o preventiva decretada ou n˜ao ter prisa˜o preventiva decretada

como u´nicas respostas para a decisa˜o observada sobre a pris˜ao.

Outras varia´veis antes mencionadas, por´em na˜o frequencialmente analisadas e que possivel-

mente podera˜o apresentar contribui¸ca˜o no aumento da chance de prisa˜o sa˜o uso de arma na

pra´tica do suposto delito e possuir antecedentes criminais. No momento da audiˆencia, apo´s

analisar o auto de prisa˜o em ﬂagrante, a autoridade judicial podera´ decidir por manter a prisa˜o

preventiva do indiv´ıduo por ter sido ﬂagranteado com arma de fogo ou apresentar antecedentes.

As ana´lises dos dados de Simo˜es Filho mostraram que 77,95% dos presos n˜ao empregam ne-

nhum tipo de arma. Dentre os que foram presos portanto algum tipo de arma, 77,36% estavam,

no ato do ﬂagrante, em posse de arma de fogo. Com rela¸ca˜o a possuir antecedentes criminais,

as an´alises mostraram que dos 263 presos, 76 na˜o tiveram suas folhas de antecedentes juntadas,

sendo considerado apenas 187 respostas v´alidas em que 68 (36,4%) possuiam registros de algum

crime anterior `a atual pris˜ao.

Os dados utilizados no ajuste do modelo log´ıstico tinha como composi¸ca˜o, informa¸c˜oes

completas de uma amostra com 174 dos 263 autuados. As varia´veis usadas para esse ajuste

foram:

•

•

•

•

•

•

Decisa˜o (0 - Decis˜ao diversa da pris˜ao, 1 - Prisa˜o preventiva);

Antecedentes criminais (0 - Na˜o, 1 - Sim);

Uso de armas (0 - Nenhuma, 1 - Arma de fogo);

Sexo (0 - Masculino, 1 - Feminino);

Vara Criminal (0 - 1a Vara criminal, 1 - 2a Vara criminal);

Idade em anos completos.

A estimativa dos paraˆmetros desse modelo sa˜o, em geral, obtidas computacionalmente por

meio da aplica¸c˜ao de m´etodos num´ericos, maximizando-se o logaritmo da fun¸ca˜o de verossimi-

lhan¸ca. As estimativas obtidas bem como sua signiﬁcˆancia e as razo˜es de chance encontram-se

na Tabela 5.

9



Tabela 5: Estimativas dos paraˆmetros do modelo de regressa˜o log´ıstico maximal via M´etodo

de M´axima Verossimilhan¸ca.

Vari´aveis

Intercepto

Antecedentes

Uso de armas

Sexo

Estimativas p-valor

-0.0735

0.7705

0.9346

-0.2031

0.2309

-0.0356

0.9068

0.0240

0.0202

0.7563

0.4879

0.0898

Vara criminal

Idade

Inicialmente foi realizado o ajuste do modelo de regressa˜o log´ıstico com fun¸c˜ao de liga¸ca˜o lo-

git e inclusa˜o das seguintes varia´veis: Antecedentes criminais, uso de arma, sexo, idade (em anos

completos) e Vara criminal. As estimativas obtidas para os paraˆmetros do modelo encontram-se

na Tabela 5. Por´em, na busca por um modelo mais parcimonioso (com menos parˆametros),

outro ajuste foi feito, agora com a exclus˜ao da vari´avel sexo, mantendo-se todas as outras.

As novas estimativas encontram-se na Tabela 6. Ao modelo da Tabela 5, daremos o nome de

maximal (cont´em todas as varia´veis) e ao modelo da Tabela 6 chamaremos de parcimonioso

(excluiu-se a varia´vel sexo)

Tabela 6: Estimativas dos parˆametros do modelo de regress˜ao log´ıstico parcimonioso via M´etodo

de M´axima Verossimilhan¸ca.

Vari´aveis

Intercepto

Antecedentes

Uso de armas

Vara criminal

Idade

Estimativas p-valor

-0.0965

0.7752

0.9356

0.2296

-0.0353

0.8770

0.0230

0.0199

0.4901

0.0925

Apo´s estimar os coeﬁcientes dos modelos maximal e parcimonioso ´e necess´ario veriﬁcar a

signiﬁcaˆncia da vari´avel sexo para o modelo. Essa avalia¸ca˜o sera´ realizada atrav´es do Teste da

Raza˜o de Verossimilhanc¸a que veriﬁcara´ se essa vari´avel ´e signiﬁcativamente diferente de zero,

ou seja, se existe uma rela¸ca˜o signiﬁcativa entre sexo e a decis˜ao sobre pris˜ao ou se ´e igual a

zero, n˜ao sendo importante mantˆe-la no modelo ﬁnal. As hip´oteses testadas s˜ao:

•

•

H0: O modelo parcimonioso ´e mais adequado, ou seja, exclui a varia´vel sexo do modelo

ﬁnal.

H1: O modelo maximal ´e mais adequado, ou seja, mantˆem a varia´vel sexo no modelo

ﬁnal.

1

0



Apo´s a realiza¸ca˜o do Teste da Raza˜o de Verossimilhan¸ca (TRV) no programa estat´ıstico

RStudio, obteve-se um valor de decisa˜o igual a 0,7544. O que nos leva a acreditar que existem

evidˆencias estat´ısticas para na˜o rejeitar a hip´otese H0, ou seja, o modelo parcimonioso ´e mais

adequado. Assim, sendo g(X) a fun¸ca˜o de liga¸ca˜o, a equa¸ca˜o do modelo ´e ﬁnal ser´a dada por:

g(X) = - 0.0965 + 0.7752\*(Antecedentes) + 0.9356\*(Armas) + 0.2296\*(Vara criminal) -

0.0353\*(Idade)

Sua signiﬁcˆancia assim como as raz˜oes de chance sa˜o dadas na Tabela 7. Mesmo a vari´avel

Vara criminal na˜o apresentando signiﬁcˆancia estat´ıstica pelo Teste de Wald, sua manutenc¸˜ao

no modelo deve-se a sua importaˆncia para a Decisa˜o sobre prisa˜o.

Tabela 7: Estimativas dos paraˆmetros do modelo de regress˜ao log´ıstico Final via M´etodo de

Ma´xima Verossimilhan¸ca.

Vari´aveis

Intercepto

Antecedentes

Uso de armas

Vara criminal

Idade

Estimativas p-valor Odds Ratio

-0.0965

0.7752

0.9356

0.2296

-0.0353

0.8770

0.0230

0.0199

0.4901

0.0925

0.9079

2.1710

2.5488

1.2581

0.9653

A interpreta¸c˜ao dos resultados obtidos medem o efeito do autuado possuir determinadas

caracter´ısticas decisivas na produ¸ca˜o da decis˜ao. O foco ser´a dado a`s interpreta¸co˜es das odds

ratio, que nada mais ´e do que a exponencia¸ca˜o de cada um dos betas estimados. Quando o

valor da odds ratio ´e maior que 1, a interpreta¸ca˜o ´e que a varia´vel independente ocasiona um

aumento na chance de haver prisa˜o preventiva decretada, caso a odds ratio apresente valor

inferior a 1, ocorrera´ uma diminui¸c˜ao.

Contudo, conclus˜oes iniciais com base nos resultados da Tabela 7 mostram que a cada

aumento de uma unidade na idade do autuado, a chance de prisa˜o preventiva diminui em apro-

ximadamente 3,47%. Quando veriﬁcado se possuir antecedentes criminais ´e determinante na

decisa˜o sobre a prisa˜o preventiva, conclui-se que ter registo em delitos anteriores (antecedentes)

aumenta em aproximadamente 2,17 vezes a chance de permanecer preso, sendo essa segundo

Lages & Ribeiro (2019), a varia´vel que mais interfere nas audiˆencias de cust´odia. O emprego de

armas de fogo ´e um complicador signiﬁcativo, pois a chance de permanˆencia no c´arcere aumenta

em 2,55 vezes. A Vara pode ter um papel importante na soltura ou na˜o, ja´ que a chance de ter

prisa˜o preventiva decretada pela 2a Vara aumenta em 25,81%.

Outras varia´veis importantes para explicar a chance ou na˜o da manutenc¸˜ao da prisa˜o pro-

viso´ria s˜ao a escolaridade e a cor, por´em a primeira possuia uma grande quantidade de missing

values o que diﬁcultaria a incorporac¸˜ao no modelo ou o uso de qualquer t´ecnica estat´ıstica de

imputa¸ca˜o de dados, enquanto que a segunda possuia poucos indiv´ıduos com cor de pele branca

(apenas 5) na˜o sendo poss´ıvel um ajuste por cor.

1

1



A Tabela 8 evidencia que alguns crimes tem maior relac¸˜ao com a chance de prisa˜o preven-

tiva comparado a outros. Em crimes de roubo, por exemplo, a frequˆencia relativa de pris˜ao

preventiva observadas na 1a e 2a Vara sa˜o respecivamente de 87,5% e de 74,07%.

Tabela 8: Priso˜es preventivas segundo o tipo de Crime.

1

a Vara criminal

Decisa˜o sobre Prisa˜o

Pris˜ao preventiva Audiˆencia na˜o realizada - prisa˜o preventiva mantida Diversa da prisa˜o Total

Crime

Recepta¸c˜ao (Art. 180)

Drogas (Art. 33)

Artigo 121

Lei Maria da Penha

Estatuto do Desarmamento

Roubo (Art. 157)

Outros

001

012

003

004

000

014

000

034

000

002

000

000

001

002

000

005

013

049

001

014

007

000

010

094

014

063

004

018

008

016

010

133

Total

2

a Vara criminal

Decisa˜o sobre Prisa˜o

Audiˆencia n˜ao realizada - pris˜ao preventiva mantida Diversa da pris˜ao Total

Crime

Pris˜ao reventiva

Recepta¸c˜ao (Art. 180)

Drogas (Art. 33)

Lei Maria da Penha

Estatuto do Desarmamento

Roubo (Art. 157)

Outros

000

023

001

000

020

001

045

000

005

000

000

001

000

006

018

022

014

006

006

013

079

018

050

015

006

027

014

130

Total

Fonte: DPEBA

Mesmo nas situa¸co˜es em que a decisa˜o seja a liberdade proviso´ria ou relaxamento da prisa˜o,

algumas medidas cautelares podem ser impostas. Na Tabela 9 podemos observar algumas

aplica¸co˜es aos autuados quando liberados. Vale ressaltar que o ”Na˜o se aplica”, refere-se ao

somato´rio de pris˜ao preventiva, domiciliar e ﬁan¸ca arbitrada e recolhida pela autoridade policial,

casos em que na˜o ha´ imposic¸˜ao de cautelares diversas da prisa˜o.

Tabela 9: Medidas cautelares apo´s decis˜ao sobre pris˜ao.

Medidas Cautelares

Sim N˜ao N˜ao se aplica

Comparecimento peri´odico em ju´ızo

Proibic¸˜ao de acesso a determinados lugares

Proibic¸˜ao de manter contato com determinadas pessoas

Proibic¸˜ao de ausentar-se da comarca

064 095

045 114

022 137

134 025

104

104

104

104

104

104

104

104

104

Recolhimento domiciliar no per´ıodo noturno e dias de folga 009 150

Suspens˜ao do exerc´ıcio de fun¸c˜ao pu´blica ou atividade

Interna¸c˜ao provis´oria

Fian¸ca

Monitora¸c˜ao eletrˆonica

Fonte: DPEBA

000 159

000 159

011 148

001 158

1

2



5

An´alise de Res´ıduos e Bondade de Ajuste

Um res´ıduo pode ser deﬁnido como a distˆancia entre o valor real observado nos dados e

o valor estimado apo´s o modelo ser ajustado. Sa˜o bastante u´teis na identiﬁca¸ca˜o de valores

at´ıpicos, ou seja, observac¸˜oes que na˜o esta˜o sendo explicadas adequadamente pelo modelo. Essa

ana´lises sa˜o geralmente realizadas por m´etodos gr´aﬁcos. Por´em, em alguns casos, s˜ao tamb´em

realizadas por meio de testes de hip´oteses como o por exemplo o teste da bondade de ajuste de

Hosmer Lemeshow. Algumas dessas ana´lises encontram-se abaixo.

Figura 4: Envelope Simulado.

O Envelope simulado ´e um dos m´etodos de ana´lise de res´ıduos mais utilizados na modelagem

estat´ıstica. E´ constitu´ıdo por uma faixa, cujos res´ıduos devem estar inseridos dentro dessa faixa.

Caso isso aconteca temos bons ind´ıcios de que o modelo est´a adequado. Assim, como podemos

observar no envelope simulado criado a partir dos dados sobre audiˆencia de custo´dia na comarca

de Sim˜oes Filho, Figura 4, evidencia haver um bom ajuste do modelo log´ıstico.

Outra importante an´alise pode ser vista na Figura 5. Nela sa˜o observados os res´ıduos

componentes do desvio e a Distˆancia de Cook. Os res´ıduos componentes do desvio, mostrou

bom ajuste, pois todos os pontos encontram-se dentro do intervalo [-2, 2], al´em disso n˜ao

evidencia nenhum tipo de tendˆencia, mostrando os pontos espalhados de forma aleato´ria. Ja´

a Distaˆncia de Cook, mostrou existir alguns pontos at´ıpicos, que foram exclu´ıdos do modelo,

por´em n˜ao evidenciando uma mudan¸ca muito signiﬁcativa sendo novamente acrescentado aos

dados para o ajuste do modelo mostrado na Tabela 7.

1

3

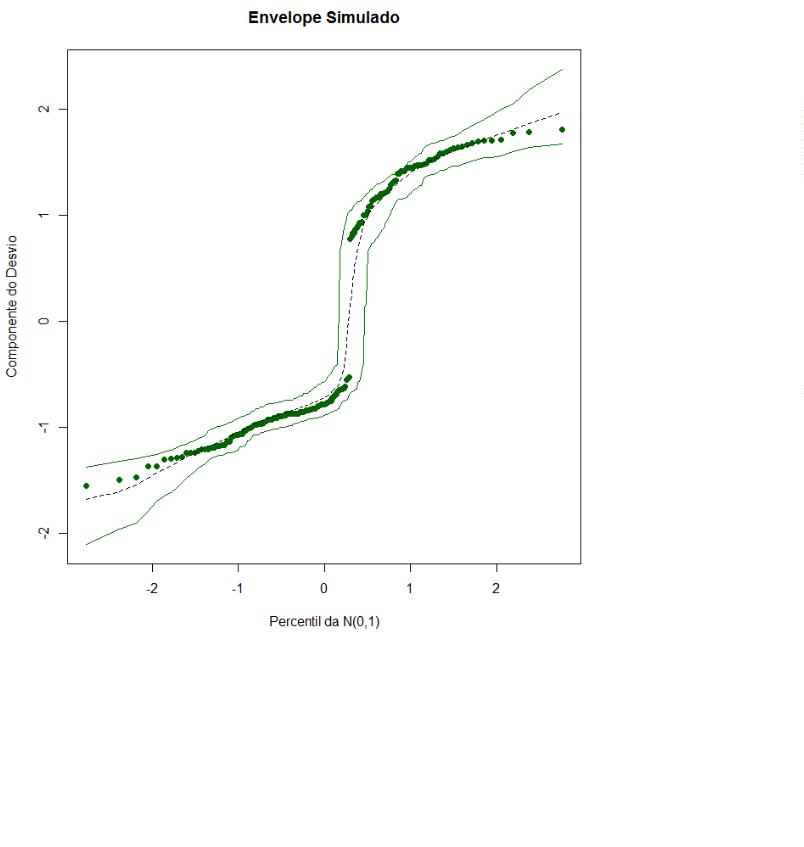


Figura 5: Envelope Simulado.

Foi realizado tamb´em o teste de Hosmer Lemeshow. Esse teste tem como hipo´teses a ser

investigada as seguintes:

•

•

H0: O modelo proposto pode explicar bem os dados observados.

H1: O modelo proposto parece na˜o explicar bem os dados observados.

A realiza¸ca˜o do teste de Hosmer Lemeshow resultou em 0,2341 como valor a ser usado no

crit´erio de decis˜ao. Esse valor nos leva a uma ”aceita¸ca˜o”da hipo´tese H0, ou seja, o modelo

ajustado na Tabela 7 pode explicar bem os dados sobre audiˆencia de custo´dia observados na

comarca de Sim˜oes Filho/Ba no ano de 2019.

6

Conclus˜ao

Com base nas an´alises anteriormente expostas, podemos concluir que uma parcela bastante

signiﬁcativa dos autuados que comparecem a´s audiˆencias de custo´dia s˜ao jovens do sexo mascu-

lino, negros e com pouca escolaridade. O tempo m´edio de espera at´e a ocorrˆencia da audiˆencia

de custo´dia ultrapassa as 24 horas recomendadas pelas normas do CNJ, sendo necesa´rias para

garantir a eﬁc´acia da medida. Nas audiˆencias, estar portando arma no momento da prisa˜o ou

ter antecedentes criminais sa˜o categorias signiﬁcativas na manuten¸ca˜o e aumento da chance de

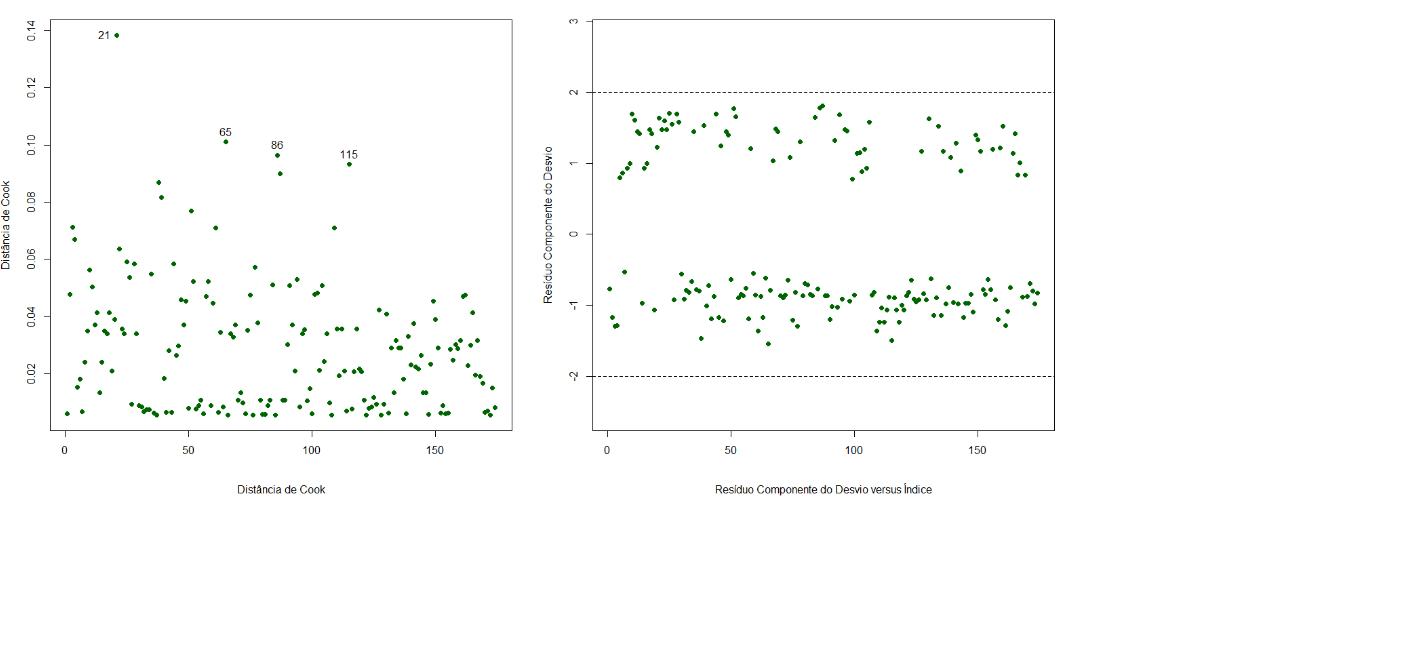
prisa˜o provis´oria. O modelo descrito na Tabela 7 pode ser usado para explicar o aumento ou

diminuic¸˜ao da chance de ter como medida cautelar a prisa˜o preventiva, pois todos as an´alises

de res´ıduos realizadas ap´os seu ajuste mostraram resultados bastante satisfato´rios.

1

4



Referˆencias

•

•

•

•

•

Azevedo, R., Sinhoretto, J., (2018). O sistema de justi¸ca criminal na perspectiva da

antropologia e da sociologia. BIB, n.84, p.188-215, Sa˜o Paulo.

Hosmer, D.W.; Lemeshow, S.; Sturdivant, R. X., (2013). Applied Logistic Regression. 3rd

ed. Hoboken, NJ, USA: John Wiley Sons, Inc.

Lages, L.B., Ribeiro, L. (2019). Os determinantes da pris˜ao preventiva na Audiˆencia de

Cust´odia: Refor¸co de estere´otipos sociais?. Revista Direito GV, v.15, n.3.

Pinc, T., (2014). Por que o policial aborda? Um estudo emp´ırico sobre a fundada suspeita.

Conﬂuˆencias: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v.16, n.3, p. 34-59.

Santos, R.D., (2015). Excesso de pris˜ao provis´oria no Brasil: Um estudo emp´ırico sobre

a dura¸c˜ao da pris˜ao nos crimes de furto, roubo e tr´aﬁco. (Bahia e Santa Catarina,

2008-2012). In: Pensando o Direito, n 54. Bras´ılia: Minist´erio da Justi¸ca, Secretaria de

Assuntos Legislativos: IPEA.

•

Souza, J.A.M.A., Nunes, G., (2018). Uma An´alise da Audiˆencia de Cust´odia: Seus

Fundamentos e Finalidades. Direito & Realidade, p.18-25, n.84, S˜ao Paulo.

•

•

https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/mapa-audiencia-de-custodia/

https://www.cnj.jus.br/cnj-aprova-e-encaminha-nota-tecnica-sobre-audiencias-de-custodia-

ao-congresso/

1

5



Só de telefone ﬁxo

Só em Salvador

Siga nossas redes sociais: @defensoriabahia

www.defensoria.ba.def.br

